

Quem disse ?

«O Governo necessita de se reforçar e criar uma nova dinâmica que lhe permita enfrentar o resto da legislatura, ousando abalar interesses instalados (como principiou a fazer com as primeiras medidas de reforma fiscal), incomodar corporações (...) e desafiar a arrogância dos poderosos que têm por pátria o mercado e por religião o lucro»
Fernando Pereira Marques
Expresso, 24 de Fevereiro

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Nº1098 • 1 MARÇO 2001 • SEMANAL • 100S • 0,5 €

ACÇÃO SOCIALISTA

Director **Fernando de Sousa** • Director-adjunto **José Manuel Viegas**
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Cheias em Moçambique

Portugal reforça apoio às vítimas

Portugal vai reforçar o apoio a Moçambique que, mais uma vez, enfrenta uma situação calamitosa devido às cheias no Centro e Norte do país.

As intempéries fizeram já 70 mortos, segundo revelou ontem, em Loures, o primeiro-ministro português.

«Vamos procurar reforçar, dentro dos meios que temos à nossa disposição, as formas de apoio que têm vindo a ser já facultadas a Moçambique», disse António Guterres aos jornalistas, depois de visitar o Instituto Superior de Polícia.

Esta é «uma preocupação de solidariedade face à tragédia que, uma vez mais, se abate sobre o povo moçambicano», acrescentou.

Entretanto, na passada terça-feira, o Ministério dos Negócios Estrangeiros anunciou o envio para Moçambique, através do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), de medicamentos e alimentos, num valor estimado em 500 mil dólares (110.500 contos).

Ontem realizou-se uma reunião de trabalho, coordenada pelo ICP e com a participação do Serviço Nacional de Protecção Civil e de Organizações Não-Governamentais, destinada a coordenar acções, visando responder ao pedido internacional lançado pelas autoridades moçambicanas.

Portugal já enviou uma primeira doação de 250 mil dólares (55.250 mil contos), na semana passada, e anunciou que vai partir para a Cidade da Beira (centro) uma equipa de 30 elementos da Protecção Civil e do Serviço Nacional de Bombeiros, que levará consigo oito barcos, tendas e kits de higiene e de cozinha.

As inundações em Moçambique, embora menores do que as do ano passado, para além de terem feito 70 vítimas mortais, afectam centenas de milhares de pessoas, sobretudo nas províncias de Tete, Manica, Sofala e Zambézia.

Megaplano contra a droga

GOVERNO DECLARA GUERRA AO INIMIGO PÚBLICO NÚMERO UM

São 30 os objectivos principais do Governo até 2004 no que toca à luta contra a droga e a toxicod dependência, um projecto que custará 32 milhões de contos.

O combate ao tráfico de estupefacientes e ao branqueamento de capitais, a cooperação internacional, a reinserção social e as questões ligadas à prevenção primária e redução de riscos incluem-se nas metas do diploma.

Trata-se da mobilização de toda a sociedade para horizontes claros, quantificados, assumidos por todos em cumprimento da Estratégia Nacional da Luta contra a Droga.

Sociedade & País

Censos 2001

Começou a primeira contagem do século



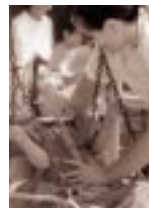
Mais de 22 mil pessoas invadiram ontem as ruas de Portugal dando assim início à primeira contagem da população residente do século XXI, numa operação com custos estimados de 8,8 milhões de contos.

A operação censitária, que tem vindo a ser preparada desde o início de 1998, decorrerá em três fases: até 11 de Março decorre a distribuição dos questionários; entre 12 de Março e o final de Abril a recolha dos questionários e entrevista ao representante da família e até ao final de 2002 o tratamento dos dados estatísticos.

Sociedade & País

Apoio estatal

Famílias com filhos em creches receberão entre 10 a 45 contos



O programa-piloto do Estado para as famílias com filhos até três anos em creches vai proporcionar apoios financeiros entre os dez e os 45 contos por mês e por criança, revelou, no dia 23, o presidente do Instituto de Desenvolvimento Social. Edmundo Martinho disse que o programa, que irá ser introduzido de forma experimental no distrito de Faro, a partir de 1 de Julho, consiste no apoio financeiro tendo como referência o subsídio familiar a crianças e jovens (antigo abono de família).



A Europa dos 27

Jaime Gama e os outros chefes da diplomacia dos Quinze assinaram segunda-feira a meio da tarde, em Nice, um novo Tratado comunitário que vai permitir o alargamento da União Europeia (UE) a dez países de Leste e às ilhas mediterrânicas de Chipre e Malta, a partir de 2003.

O Tratado de Nice, como ficou conhecido, foi alcançado na madrugada de 11 de Dezembro último pelos chefes de Estado e Governo dos Quinze, após longas e difíceis negociações na mais longa Cimeira da história da União, na qual a delegação portuguesa, liderada por António Guterres, esteve no centro de um dos mais intensos e dramáticos confrontos entre «pequenos» e «grandes» países em torno da repartição do poder na UE, após o seu alargamento a mais 12 países.

O novo Tratado da União Europeia que dilui o poder em Bruxelas de Portugal e dos países menos populosos, que, ainda assim, evitaram uma perda substancial de influência na futura «Europa dos 27» terá agora, depois de assinado, de ser ratificado por todos os parlamentos nacionais até ao final de 2002.

Com o novo acordo, Portugal irá dispor de 12 votos no Conselho de Ministros da UE e perderá três dos actuais eurodeputados, ficando com 22 lugares no Parlamento Europeu, após o alargamento a União a todos os doze países candidatos.

Recorde-se que foi a intervenção de Portugal, protagonizada pelo primeiro-ministro António Guterres, que permitiu encontrar um melhor equilíbrio na partição dos poderes e das competências da futura União. Salvaguardando sempre o interesse dos portugueses, por António Guterres, em Nice, Portugal «lutou não tanto por números, mas, sobretudo, por princípios».

Na fase final das negociações a repartição dos votos tornou-se na matéria central da «batalha final» que opôs «pequenos» e «grandes» Estados membros.

Tudo começou ao não ser atendida a pretensão inicial da Alemanha em romper a paridade de votos que tem actualmente com a França, o Reino Unido e a Itália.

O novo Tratado, agora assinado, pretende resolver três problemas principais: limitar o número de comissários europeus, estabelecer uma nova repartição de votos atribuídos a cada Estado membro nas decisões do Conselho de Ministros e generalizar a tomada de decisões por maioria qualificada para evitar a paralisação de uma União alargada a 27 Estados.

Segundo o ministro português dos Negócios Estrangeiros, o acordo representa «um aprofundamento do que se pode considerar o ciclo de Maastricht e porventura o último Tratado dessa geração de tratados».

Apesar das inúmeras críticas que o texto do Tratado tem recebido, acaba por ser aceite como um mal necessário que se espera seja corrigido numa próxima revisão já marcada para 2004.



MORALIZAÇÃO DA VIDA PÚBLICA E JUSTIÇA SOCIAL

O «Acção Socialista» noticiava na sua edição de 3 de Março de 1983 que a moralização da vida pública, pela democracia e ressurgimento do País eram as linhas fundamentais da campanha do PS para as legislativas antecipadas enunciadas por Mário Soares em conferência de Imprensa, no largo do Rato, para apresentação das listas de candidatos de deputados (publicadas na íntegra nesta edição).

Destaque ainda para uma outra conferência de Imprensa de Mário Soares sobre política externa, na qual o líder do PS reafirmava que «cada qual escolhe os amigos que quer» e os nossos «estão na Europa e nos EUA», numa resposta aos ataques da ala ultra-ortodoxa do PCP que via então a URSS como o Sol da Terra e elogiava Estaline.

J. C. CASTELO BRANCO

3 de Março

Quem disse?

«O PS não fará promessas que não possa cumprir»

Mário Soares



Crimes: Portugal tem menos vítimas

Portugal, o Japão e a Irlanda do Norte registam o mais baixo índice de pessoas vítimas de crimes, segundo num inquérito da Universidade de Leiden (Holanda) divulgado na passada sexta-feira, dia 23, pela edição digital do jornal britânico «Daily Telegraph».

De acordo com Inquérito Internacional às Vítimas de Crimes, baseado em 34 mil entrevistas telefónicas realizadas em 17 países, e publicado pelo Ministério da Justiça da Holanda, a Inglaterra, o País de Gales e a Austrália são dos países com a mais elevada taxa de vítimas de crimes.

Quanto aos Estados Unidos, apesar da alta taxa de mortes associadas a crimes, encontra-se entre os países do meio da escala, com um índice de 21 por cento. Já em Portugal, no Japão e na Irlanda do Norte, o índice de vítimas por crimes



registado no inquérito holandês é de 15 por cento.

Também no que diz respeito ao roubo de automóveis, a Inglaterra, o País de Gales e a Austrália colocam-se nas posições cimeiras da escala, enquanto Dinamarca, Portugal e a Escócia são os países onde este tipo de roubo tem menor incidência.

INE: Desemprego cai para 3,8 por cento

O Instituto Nacional de Estatística (INE) anunciou, no dia 22, que a taxa de desemprego caiu 0,3 pontos percentuais, no quarto trimestre do ano passado face a igual período de 1999, para 3,8 por cento. A quebra face ao terceiro trimestre do ano passado foi de 0,2 pontos percentuais.

A taxa de desemprego média (todo o ano de 2000 face a 1999) caiu 0,4 pontos percentuais, para 4 por cento.

A taxa de actividade (percentagem da população a trabalhar) subiu 0,8 pontos percentuais, para 51,2 por cento, face ao quarto trimestre de 1999.

O número de activos aumentou 1,7 por cento, em termos homólogos, e 1,3 por cento, em média anual.

O INE refere que a população feminina «apresenta as variações mais expressivas», com uma subida homóloga de 2,0 por

cento e média anual de 1,8 por cento.

O número de empregados subiu 2 por cento, em termos homólogos, e 1,7 por cento, em média anual.

O crescimento não foi homogéneo nos diferentes grupos etários, tendo o escalão das pessoas entre os 15 e 24 anos registado uma «evolução inversa à dos restantes grupos», com variações negativas em todas as vertentes de comparação.

Por sector, em variação homóloga, destaca-se o aumento de 3,6 por cento do número de trabalhadores da «Indústria, Construção, Energia e Água» e os 2,6 por cento da «Agricultura, Silvicultura e Pesca». Em média anual, o destaque vai para o aumento de 2,2 por cento do número de pessoas empregadas no sector de «Serviços».

Maioria das mediadoras imobiliárias tem contratos ilegais

Quem compra casa tem que estar atento. Para além de uma intolerável especulação imobiliária com que os compradores de casas se vêm confrontados, e que urge combater, sabe-se agora que a esmagadora maioria das empresas de mediação imobiliária estão impedidas de assinar contratos com os seus clientes, porque não submeteram uma minuta-tipo dos acordos à apreciação do Instituto do Consumidor. Das 4119 empresas actualmente licenciadas, 92,23 por cento não depositaram no instituto um contrato-tipo para registo e apreciação, como prevê a lei, segundo um estudo do Instituto do Consumidor.

Entre 1993 e o final do ano passado, somente 320 mediadoras «deram cumprimento à obrigação de enviarem os respectivos projectos de contratos (adoptados na sua actividade) para

apreciação» do Instituto, refere o organismo público.

A lei determina a nulidade de todos os contratos assinados sem que as minutas-tipo tenham sido aprovadas. Por isso, o instituto considera «forçoso concluir que existe um vasto número de mediadoras imobiliárias que utilizam contratos nulos na relação com os consumidores».

O próprio Instituto do Consumidor considera, também, que esta análise peca por defeito e que a situação será ainda mais grave.

«Tem-se a sensação de que o número de empresas licenciadas não corresponde ao número de mediadoras que efectivamente exercem a actividade, já que muitos dos agentes imobiliários que actuam no mercado não terão sequer licença para exercer a actividade», refere o organismo público.

GOVERNO DECLARA GUERRA AO INIMIGO PÚBLICO NÚMERO UM

São 30 os objectivos principais do Governo até 2004 no que toca à luta contra a droga e a toxicodependência, um projecto que custará 32 milhões de contos. O combate ao tráfico de estupefacientes e ao branqueamento de capitais, a cooperação internacional, a reinserção social e as questões ligadas à prevenção primária e redução de riscos incluem-se nas metas do diploma. Trata-se da mobilização de toda a sociedade para horizontes claros, quantificados, assumidos por todos em cumprimento da Estratégia Nacional da Luta contra a Droga.

O Governo vai reforçar as verbas para a prevenção primária da toxicodependência em 150 por cento até 2004, destinando-lhe 12,5 dos 32 milhões de contos reservados para o combate à droga nesse ano. Este é um dos 30 objectivos prioritários do Executivo socialista na luta contra a droga e a toxicodependência até 2004 apresentados pelo primeiro-ministro, num pacote que engloba medidas mais «difíceis de alcançar», como a redução do consumo de heroína em um terço, o aumento em 50 por cento das substâncias ilícitas apreendidas e a diminuição em 25 por cento da criminalidade associada à droga.

Guterres afirmou que estes 30 objectivos são «metas quantificadas» para o combate à droga e toxicodependência, fenómeno que elegeram como «inimigo público número um» do Governo.

Relativamente à redução do consumo em um terço, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Vitalino Canas, que tutela a área, considerou que a redução «é um risco calculado» e defendeu que este objectivo, apesar de ser «difícil de alcançar», é possível.

A justificar a sua afirmação, Vitalino Canas observou que as estatísticas do Serviço de Prevenção e Tratamento da Toxicodependência (SPTT) relativas a 2000 revelam que a percentagem de consumidores de heroína com primeira consulta nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes (CAT) «diminuiu bastante».

«Começou por ser de 90 por cento, hoje vai em sessenta e tal por cento, portanto é possível que isto venha a ter um impacto em breve ao nível do consumo de heroína», frisou, acrescentando que os indicadores ao nível exterior, nomeadamente da Europa, dão a noção que o consumo desta substância está a baixar.

Para o ano em curso, o Governo disponibilizou para a prevenção primária cinco milhões de contos, de um total de 20



milhões para a área, que tem ainda disponíveis mais 3,5 milhões na dotação provisional do Ministério das Finanças.

A aposta do Executivo é fazer crescer gradualmente a verba para o combate à droga e toxicodependência até 2004, ano em que disponibilizará 32 milhões de contos.

Pedagogia preventiva contra consumo

Espera-se uma redução do número de novos consumidores de idade inferior a 18 anos, definindo e implementando planos (se possível municipais) de prevenção em todos os concelhos do País e duplicando a capacidade de intervenção da sociedade civil, através do envolvimento crescente das IPSS e ONG, bem como das associações juvenis e desportivas.

Promover todos os anos campanhas mensais de prevenção de âmbito nacional, dirigidas à população em geral e grupos específicos, sobre o uso de drogas ilícitas e lícitas e criar equipas de intervenção em espaços de lazer para informação são outros dos objectivos que serão integrados no Plano Nacional de Luta Contra a Droga e a Toxicodependência.

Mas o empenho na prevenção primária não se fica por aqui. Além de fomentar a redução de riscos associados ao consumo, o Governo quer assegurar, até 2002, a

inclusão da prevenção dos consumos de substâncias lícitas e ilícitas nos projectos educativos das 1300 escolas da Rede Nacional de Escolas Promotoras da Saúde (22 por cento da população escolar) e, até 2004, em 100 por cento das escolas.

Entre 2001 e 2004 produzir e divulgar em 100 por cento das escolas e junto de 100 por cento dos parceiros educativos materiais de apoio ao diagnóstico de situações de risco, bem como reforçar a produção de materiais existentes de apoio à prevenção, desde o 1º ciclo do Ensino Básico até ao Secundário, recorrendo às novas tecnologias de informação.

Quer ainda incluir nos objectivos de aprendizagem sugestões de actividades e materiais de apoio relativos a esta temática nas orientações curriculares e habilitar as forças de segurança para o desenvolvimento de acções preventivas na área da toxicodependência.

Quanto à prevenção e redução de riscos, a aposta é criar uma rede nacional nesta área, composta por equipas de rua, pontos de contacto e informação, programas de troca de seringas e de substituição de metadona de baixo limiar em todos os distritos e um rede secundária nacional de redução que cubra todos os concelhos com zonas críticas de consumo intensivo, com programas específicos.

Tornar disponíveis programas de redução de danos acessíveis a 100 por cento dos

toxicodependentes reclusos, suster e inverter a tendência de contaminação de utilizadores de droga por doenças infecto-contagiosas, fazendo-a convergir com a média da União Europeia são outros dos objectivos, que aliás já constam do diploma sobre redução de danos aprovado pelo Conselho de Ministros e que se encontra em discussão pública.

Está nos propósitos do Executivo criar também uma rede nacional de Centros de Terapêutica Combinada para toxicodependentes e doentes com tuberculose e sida e uma rede nacional de Centros de Detecção Precoce, Anónima e Voluntária do HIV, com rastreios gratuitos e acessíveis à população consumidora.

Na área do tratamento, os objectivos são concluir até ao final de 2002 a rede nacional de CAT, aumentar em 50 por cento o número de toxicodependentes em tratamento, reforçar a capacidade instalada de serviços de desintoxicação em 50 por cento (permitindo responder às solicitações) e aumentar em 100 por cento a capacidade pública de tratamento de substituição de alto limiar de exigência.

Reforço, até próximo dos 100 por cento, do número de centros de saúde que já colaboram com o SPTT na execução de terapêuticas de substituição e aumentar em 300 por cento a adesão de centros de saúde e serviços hospitalares a protocolos de intervenção no rastreio e tratamento de toxicodependentes.

Avaliação contínua

No que diz respeito à Reinserção Social, será reforçada em 50 por cento a capacidade do Programa Vida Emprego e incluídas novas valências que concorram, nomeadamente, para a prevenção da desinserção de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes empregados.

Também a rede de apartamentos de reinserção destinados a toxicodependentes será igualmente aumentada a capacidade actual em 100 por cento.

No combate ao tráfico de drogas e branqueamento de capitais, áreas em que o primeiro-ministro pôs acento tónico na apresentação das 30 medidas, uma das metas é reduzir substancialmente a disponibilidade de substâncias ilícitas, aumentando em 50 por cento as quantidades de drogas apreendidas, através do esforço concertado das forças de segurança, articulando a actividade de informações com a acção da polícia e com a investigação criminal.

Outros dos objectivos são reduzir em 25 por cento a criminalidade associada à droga, mediante o reforço das políticas comunitárias de policiamento de proximidade, o aumento de visibilidade das polícias e a racionalização dos respectivos dispositivos e reforçar o combate ao

branqueamento de capitais resultante do tráfico de drogas.

Esta redução será conseguida através da «agilização do acesso à informação bancária e do estreitamento da cooperação com agências internacionais e polícias estrangeiras».

O Executivo quer ainda incrementar a investigação científica e a divulgação de informação daí resultante, reforçando as verbas destinadas a esta área em 200 por cento e interessando as instituições universitárias e de investigação científica de maior prestígio para os temas da droga e da toxicodependência.

Criar até 2002 um rede informática de suporte ao Sistema Nacional de Informação, que permita otimizar a recolha de informação e



institucionalizar a prática dos inquéritos nacionais trianuais à população, de modo a definir a evolução da prevalência do consumo e dos consumos problemáticos de drogas, está também nos horizontes.

No campo da cooperação internacional, será estabelecido um programa conjunto com Espanha de controlo dos fluxos transfronteiriços de traficantes e consumidores.

António Guterres destacou como «ponto importante» o facto de todas estas políticas serem avaliadas consecutivamente. Para isso, serão criados mecanismos de avaliação (internos e externos) de 100 por cento das acções, com vista ao reajustamento das acções desenvolvidas e, conseqüentemente, da política nacional.

HORIZONTE 2004

1 – Reforçar as verbas destinadas à prevenção primária em 150 por cento.

2 – Reduzir o número de novos consumidores de substâncias de idade inferior a 18 anos.

3 – Definir e implementar planos (se possível municipais) de prevenção primária em 100 por cento dos concelhos do País.

4 – Duplicar a capacidade de intervenção da sociedade civil, através do envolvimento crescente das IPSS e ONG, bem como das associações juvenis e desportivas, em actividades de prevenção.

5 – Promover todos os anos campanhas mensais de prevenção de âmbito nacional, dirigidas à população em geral e a segmentos ou grupos delimitados, sobre o uso e abuso de substâncias lícitas e ilícitas e criar equipas de intervenção em espaços recreativos e de lazer, com o objectivo de informar sobre os efeitos do consumo de substâncias lícitas e ilícitas e de fomentar a redução de riscos associados ao seu consumo.

6 – Assegurar, até 2002, a inclusão da prevenção dos consumos de substâncias lícitas e ilícitas nos projectos educativos das 1300 escolas da Rede Nacional de Escolas Promotoras de Saúde (22 por cento da população escolar) e, até 2004, em 100 por cento das escolas.

7 – Entre 2001 e 2004, produzir e divulgar, em 100 por cento das escolas e junto de 100 por cento dos parceiros educativos, materiais de apoio ao diagnóstico de situações de risco, bem como reforçar a produção de materiais existentes de apoio à prevenção da toxicodependência, desde o 1º ciclo do ensino básico até ao ensino secundário, recorrendo às novas tecnologias de informação.

8 – Incluir objectivos de aprendizagem, sugestões de actividades e materiais de apoio relativos a esta temática nas orientações curriculares que estão a ser

desenvolvidas para as diferentes áreas e disciplinas.

9 – Habilitar e capacitar as forças de segurança a quem compete a prática de uma polícia de proximidade para o desenvolvimento de acções preventivas na área da toxicodependência. Prevenção e redução de riscos; em particular, consumos problemáticos de drogas, saúde pública e saúde dos consumidores.

10 – Criar uma rede primária nacional de redução de riscos, composta por equipas de rua, pontos de contacto e de informação, programas de troca de seringas e programas de substituição de metadona de baixo limiar, em 100 por cento dos distritos e uma rede secundária nacional de redução de riscos que cubra todos os concelhos com zonas críticas de consumo intensivo com programas de redução de riscos com a configuração mais adequada.

11 – Promover a criação de redes metropolitanas de Centros de Abrigo, de Centros de Acolhimento e de Centros de Dia meramente ocupacionais que tendencialmente cubram 100 por cento dos toxicodependentes sem enquadramento socio-familiar.

12 – Tornar disponíveis programas de redução de riscos acessíveis a 100 por cento dos toxicodependentes reclusos.

13 – Suster e inverter a tendência de contaminação de toxicodependentes por HIV, hepatites B e C e tuberculose, fazendo-a convergir com a média da União Europeia.

14 – Diminuir em 50 por cento o número de mortes relacionadas com o consumo de drogas.

15 – Diminuir as práticas de consumo problemático, nomeadamente a partilha de seringas (em pelo menos 50 por cento) e o consumo endovenoso.

16 – Criar uma rede nacional de Centros de Terapêutica Combinada para

toxicodependentes e doentes com tuberculose e Sida e criar uma rede nacional de Centros de Detecção Precoce, Anónima e Voluntária do VIH, com rastreios gratuitos e acessíveis à população toxicodependente.

17 – Diminuir o consumo de heroína em um terço.

18 – Concluir até ao final de 2002 a rede nacional de CAT, aumentar em 50 por cento o número de toxicodependentes em tratamento e incrementar substancialmente o número de toxicodependentes cujo tratamento obtém bons resultados.

19 – Reforçar até 2002 a capacidade instalada de serviços de desintoxicação em 50 por cento, o que permitirá atingir a oferta suficiente para responder às solicitações.

20 – Reforçar em 100 por cento a capacidade pública de tratamento de substituição de alto limiar de exigência.

21 – Reforçar até próximo dos 100 por cento o número de centros de saúde que já colaboram com o SPTT na execução de terapêuticas de substituição e aumentar em 300 por cento a adesão de centros de saúde e serviços hospitalares a protocolos de intervenção no rastreio e tratamento de toxicodependentes.

22 – Reforçar o Programa Vida Emprego, como programa central de reinserção social dos toxicodependentes e dos toxicodependentes reclusos, de modo a aumentar a respectiva capacidade em 50 por cento e a incluir novas valências que concorram, nomeadamente, para a prevenção da desinserção de toxicodependentes ou ex-toxicodependentes empregados.

23 – Reforçar a rede de apartamentos de reinserção destinados a toxicodependentes em reabilitação, aumentando a capacidade actual em 100 por cento.

24 – Reduzir substancialmente a disponibilidade de drogas ilícitas,

aumentando em 50 por cento as quantidades de substâncias ilícitas apreendidas, através do esforço concertado das Forças e Serviços de Segurança, articulando a actividade de produção de informações com a acção de polícia e com a investigação criminal nos termos da lei.

25 – Reduzir em 25 por cento a criminalidade associada à droga, mediante o reforço das políticas comunitárias de policiamento de proximidade, o aumento de visibilidade das polícias e a racionalização dos respectivos dispositivos.

26 – Reforçar o combate ao branqueamento de capitais resultantes do tráfico de drogas, através da agilização do acesso à informação bancária e do estreitamento da cooperação com agências internacionais e polícias estrangeiras.

27 – Incrementar a investigação científica e a divulgação da informação daí resultante, reforçando as verbas destinadas a essa área em 200 por cento e interessando as instituições universitárias e de investigação científica de maior prestígio para os temas da droga e da toxicodependência.

28 – Criar até 2002 uma rede informática de suporte ao Sistema Nacional de Informação, que permita otimizar a recolha de informação e institucionalizar a prática dos inquéritos nacionais trianuais (2001, 2004, 2007, etc.) à população de modo a definir a evolução da prevalência do consumo de drogas e dos consumos problemáticos de drogas.

29 – Implementar a criação de mecanismos de avaliação (interna e externa) de 100 por cento das acções, com vista ao reajustamento das acções desenvolvidas e, conseqüentemente, da política nacional.

30 – Estabelecer e implementar um programa conjunto com Espanha de controlo dos fluxos transfronteiriços de traficantes e consumidores.

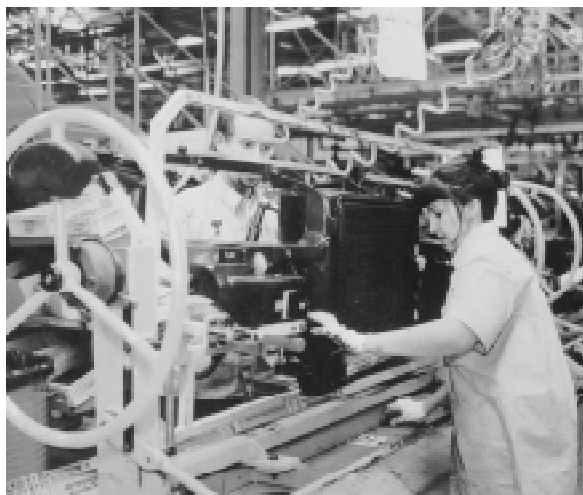
GARANTIAS SALARIAIS COM MAIS RIGOR

O Executivo socialista aprovou, no dia 22, um diploma que altera a legislação que institui um Fundo de Garantia Salarial, consagrando os respectivos estatutos.

Recorde-se que o fundo assegura aos trabalhadores o pagamento de créditos emergentes do contrato de trabalho em caso de incumprimento pela entidade patronal.

O decreto-lei n.º 219/99, de 15 de Junho, estabeleceu a garantia de pagamento, através do Fundo de Garantia Salarial que veio instituir, de créditos emergentes de contrato de trabalho ou da sua cessação, cuja liquidação esteja em atraso, nos casos em que a entidade patronal esteja em situação económica difícil ou em processo de falência ou recuperação de empresa. Através deste diploma são aprovados os estatutos do instituto público que terá por atribuições garantir o pagamento de créditos por salários em atraso e desenvolver as diligências necessárias à respectiva recuperação.

É intenção do Governo que o modelo de enquadramento institucional do sistema de garantia salarial assegure a máxima eficácia e celeridade, quer no processamento dos pagamentos dos créditos dos trabalhadores garantidos por lei, quer na recuperação das importâncias pagas, e que crie as condições que assegurem uma gestão rigorosa, eficaz e



transparente dos recursos financeiros afectos ao fundo.

A autonomização institucional de uma entidade pública exclusivamente para assegurar a gestão do mecanismo de garantia salarial instituído pelo referido

decreto-lei, na linha de experiências bem sucedidas em diversos países comunitários, visa não apenas retirar todas as vantagens oferecidas pela especialização orgânica e pela autonomia administrativa e financeira dos institutos públicos, enquanto pessoas

colectivas públicas diferentes do Estado, como permite associar de forma estreita e permanente os parceiros sociais à sua administração e fiscalização.

Refira-se, ainda, que o diploma contém algumas alterações ao decreto-lei n.º 219/99, de 15 de Junho, em ordem a consubstanciar melhoramentos que se afiguravam indispensáveis:

- Garantir a circulação entre os tribunais judiciais e o Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas (IAPMEI), por um lado, e o fundo, por outro, da informação de que este necessita para uma prossecução cabal das suas atribuições;
- Graduar os créditos obtidos pelo fundo através da sub-rogação nos créditos dos trabalhadores, imediatamente a seguir à posição que gozam aos créditos de trabalhadores por salários em atraso;
- Permitir que o fundo, perante um requerimento de pagamento de créditos relativos a contratos de trabalho já extintos, tenha tempo de desenvolver as diligências necessárias à respectiva recuperação antes da prescrição dos referidos créditos;
- Alargamento do número de situações que estão cobertas pelo novo sistema de garantia salarial, a fim de impedir que a morosidade sempre envolvida nos procedimentos e diligências de criação e estruturação de uma nova pessoa colectiva pública penalize as justas expectativas dos trabalhadores.

NOVA TAXA FAVORECE AGRICULTORES

O Conselho de Ministros decidiu estabelecer uma taxa contributiva mais favorável para os trabalhadores agrícolas, e respectivos cônjuges, abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores independentes, instituindo um regime excepcional e temporário de dispensa parcial do pagamento de contribuições destinado aos pequenos produtores agrícolas e respectivos cônjuges.

Este diploma, aprovado na generalidade, no dia 22, adita um novo artigo ao decreto-lei n.º 328/93, de 25 de Setembro, nos termos do qual é fixada uma taxa contributiva especial para os agricultores estabelece um regime excepcional de dispensa parcial, em 50 por cento, do pagamento de contribuições, durante um período de três anos, para os produtores agrícolas com mais baixos rendimentos.

Neste caso, prevê-se ainda a possibilidade de as dívidas constituídas perante a segurança social serem pagas através de



um plano prestacional, com inexigibilidade dos juros de mora.

Quanto à primeira medida, os princípios da equidade e da solidariedade social que

regem o sistema de solidariedade e de segurança social impõem que à semelhança com o legislado para os trabalhadores agrícolas abrangidos pelo

regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, se atenda à debilidade económica do sector da actividade agrícola e se dê, a esse facto, relevância jurídica mediante a fixação de taxas contributivas mais favoráveis para os produtores agrícolas.

Por seu turno, a concessão de um apoio de natureza excepcional e temporário visa inverter um fenómeno a que se vem assistindo de abandono do sistema de segurança social por parte dos trabalhadores agrícolas independentes com mais baixos rendimentos que, na impossibilidade de suportarem os encargos relacionados com a sua protecção social, optam por se desvincular daquele sistema.

Pretende-se, desta forma, promover a melhoria da protecção social deste segmento da população, esperando-se ao mesmo tempo a obtenção de um efeito financeiro relevante, na medida em que, por este meio, se incentiva a contributividade.

CIÊNCIA

A escola no presente e futuro

O ministro da Ciência e Tecnologia, Mariano Gago, definiu a escola como «um tempo milagroso que a sociedade ganhou à necessidade do trabalho», colocando-a no presente e futuro da ciência.

Mariano Gago proferia sexta-feira, dia 23, no Porto, uma conferência sobre «O Futuro da Ciência» na abertura («Estação Central») do ciclo «O Futuro do Futuro: Da Matéria ao Pensamento» do Porto 2001 – Capital Europeia da Cultura, que decorreu no Auditório da Biblioteca Almeida Garrett com a presença de mais de cem pessoas.

Contestando a dicotomia Ocidente/Oriente no apreender, no saber e no saber fazer, Mariano Gago frisou que «não há nenhum país que não tenha escola ou currículo escolar» e que «há um milhão de chineses a fazer doutoramento fora da China». Em jeito de tertúlia aberta à assistência, Mariano Gago assumiu o seu papel de cientista e levantou várias hipóteses para tentar «descobrir» o futuro da ciência, rendendo-se à evidência que a ciência se projecta no futuro e «é ela própria futuro». Utilizando excertos de dois ensaios de Steiner e Russell, concordou que a ciência pode ameaçar a civilização e não tem futuro se as pessoas não forem «crescentemente científicas».



FORMAÇÃO

Um milhão de contos para profissionalização

O secretário de Estado do Trabalho e Formação anunciou, no dia 22, no Porto, que o Governo vai investir um milhão de contos na concretização do plano para a formação de profissionais na área da segurança e higiene do Trabalho.

O novo plano, que será apresentado em breve, é «a primeira medida prática» do acordo para a higiene e segurança no trabalho resultante da concertação social.

O apoio financeiro do Executivo visa «incentivar a formação», inicial e contínua, dos profissionais do sector, referiu o governante, que defendeu «maior rigor no acesso à profissão» para evitar «facilismo» e «displacência».

Na sessão de abertura do Colóquio Internacional sobre Segurança e Higiene do Trabalho, a decorrer no Porto, Paulo Pedroso adiantou que o plano de combate à sinistralidade no trabalho em Portugal implicará, entre outras medidas, «o aperfeiçoamento da regulamentação nalguns domínios e a melhoria das campanhas de sensibilização sector a sector».

«Portugal não pode ter vergonha de apoiar as empresas interessadas em proceder às mudanças adequadas na área da higiene e segurança no trabalho», disse.



EDUCAÇÃO

Superior deve apostar na qualidade

O ministro da Educação, Augusto Santos Silva, considerou, no dia 24, no Porto, que o Ensino Superior «está num novo ciclo», virado para a qualidade e não para a quantidade, por forma a consolidar o sistema.

Segundo Augusto Santos Silva, o desenvolvimento do novo ciclo do Ensino Superior assenta na consolidação do sistema, que passa por ter ideias claras de quais são as áreas onde ainda existem carências, quer a nível de oferta, como de procura.

«A qualidade é agora uma condição imanente e essencial da existência de uma universidade», disse, referindo que o ciclo anterior «foi pontuado pelo crescimento quantitativo, o que colocou a qualidade entre aspas».

O governante reafirmou que a saúde, as tecnologias e as artes são agora as áreas onde é preciso apostar, por terem «carências tanto na oferta como na procura». Santos Silva falava na Faculdade de Medicina da Universidade do Porto (FMUP), onde presidiu à cerimónia de abertura oficial do primeiro curso de mestrado em Medicina de Emergência.

Este novo mestrado, que conta com a colaboração dos hospitais de S. João, S. Sebastião, Pedro Hispano e do Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), dará aos médicos respostas mais científicas e pedagógicas para atenderem doentes, em momentos inesperados, em risco de vida.

Para Santos Silva, é em mestrados ou cursos de pós-graduação como este que se deve investir, por se tratarem de cursos especializados que visam dar resposta a um nicho de mercado com carências.



JUSTIÇA

Os tribunais não são serviços de cobrança

O ministro da Justiça criticou, no dia 22, as empresas que encham os tribunais com processos para cobrança de dívidas, privando-os de exercer a sua verdadeira função de punir a criminalidade.

Falando no Porto, António Costa defendeu uma nova ética de responsabilidade da sociedade para que os tribunais actuem atempadamente e não funcionem como extensões dos serviços de cobrança de dívidas das empresas.

Deu como exemplo o Tribunal de Pequena Instância Cível de Lisboa, que tem 25 por cento de todos os casos dos tribunais portugueses só para cobrar dívidas abaixo de 750 contos. Entende por isso que o bom desempenho dos tribunais passa pela mudança de atitude de algumas empresas, nomeadamente a TV Cabo.

Empresas como a TV Cabo, exemplificou, «devem e podem prever novas formas de firmar contratos, por forma a evitar sobrecarregar os tribunais com processos de cobrança de dívidas inferiores a 750 contos (3.750 euros)».

«Os tribunais servem para punir a criminalidade, assegurar os direitos aos cidadãos e não para se transformarem em meras extensões dos serviços de cobrança das empresas», salientou.



PLANEAMENTO

Qualidade em vez de quantidade

O secretário de Estado adjunto do Planeamento, Ricardo Magalhães, defendeu, no dia 25, em Celorico da Beira, Guarda, a coordenação entre os recursos financeiros e a vontade política das autarquias e do Governo para acções de desenvolvimento local e regional.

O governante encerrou domingo a VIII Festa Convívio do Produtor do Queijo Serra da Estrela organizada pela Câmara local, onde disse que «o apoio à rentabilização dos espaços para diferenciados usos tem de pensar na organização e modelo de gestão das suas valências».

A afirmação dos produtos regionais com qualidade por forma a contribuírem para o desenvolvimento regional e criação de emprego foi referida por Ricardo Magalhães, que frisou que «a concorrência não se faz pela quantidade, mas pela qualidade, e esta e a diferenciação são o principal atributo» dos produtos em que o queijo Serra da Estrela se insere.

Considerou ainda que a certificação da garantia dessa qualidade é «vital para todos os produtos», de que destacou também a salsicharia regional, a gastronomia», mas observou a necessidade de ser feita a organização dos produtores para garantir a genuinidade dos produtos, as certificação com «selo de qualidade».

Ricardo Magalhães defendeu que «o aumento de produção não pode traduzir-se em perda de qualidade», salientando que deve haver um equilíbrio entre a produção artesanal e a industrial.



ENSINO SUPERIOR

Encerramento dos politécnicos é ridículo

O secretário de Estado do Ensino Superior classificou de «ridícula» e «patética» a decisão de encerrar, a 14 de Março, as instalações dos politécnicos em protesto contra a intenção do Governo em criar institutos universitários.

«Seria profundamente ridículo e patético que dirigentes de institutos públicos desencadeassem uma acção dessas, cujos prejuízos para o ensino politécnico seriam incalculáveis e demorariam meses ou anos a recuperar», afirmou José Reis. O governante falava, no dia 23, no Porto, à entrada para a cerimónia inaugural das comemorações do Dia do Instituto Politécnico.

José Reis considerou que as decisões do Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP), contidas num comunicado emitido no final de uma reunião realizada na noite da passada quinta-feira, baseiam-se em «suposições, rumores, hipóteses e numa dedução desproporcionada, disparatada do que é a política do Governo para o sector».



PRESIDÊNCIA DE CONSELHO DE MINISTROS

O exemplo português

Os objectivos prioritários de luta contra a droga apresentados pelo Governo «têm como ponto de referência o que já se faz no Porto há quatro anos», disse, no dia 23, o secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Vitalino Canas salientou que o que «o Governo propõe para o futuro é estender ao País a filosofia e os tipos de iniciativas que estão a ser tomadas no Porto», no âmbito do «Contrato de Cidade».

O «Contrato de Cidade» foi criado em Novembro de 1996 com o objectivo de constituir um instrumento de parceria que visa dinamizar a cooperação, na área de segurança. Do plano operacional do «Contrato de Cidade» fazem parte o Observatório Permanente Sobre Segurança, o Programa de Prevenção da Toxicodependência, que passa pela existência de um Centro de Apoio e Motivação de Toxicodependentes, uma Área de Dia para toxicodependentes em tratamento, uma residência comunitária para ex-toxicodependentes e equipas de rua de apoio às prostitutas de rua e vítimas de violência.

«É um exemplo que tem ajudado a contribuir para traçar políticas a nível nacional», disse, felicitando a autarquia por «ter visto antes do tempo aquilo que é preciso fazer».



TRABALHO E SOLIDARIEDADE

Terminar com as longas filas de imigrantes

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues, reconheceu, no dia 23, em Faro, a necessidade de serem encontradas novas formas para abreviar a legalização dos imigrantes em Portugal.

«Há a ideia de que as coisas correm bem ao nível nacional, mas que é necessário encontrar novos equipamentos e formas integradas entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério do Trabalho e da Solidariedade no sentido de acelerar todo o processo», disse Ferro Rodrigues.

O ministro, que falava aos jornalistas à margem da apresentação do projecto governamental «Creches 2000», afirmou que essas novas formas visam acabar, tão depressa quanto possível, com a situação de grandes filas e de esperas grandes por parte dos imigrantes.

«Queremos que haja uma legalização do máximo de pessoas que estejam a trabalhar e que, de acordo com a nova lei, possam ser legalizadas no País», declarou Ferro Rodrigues.



TURISMO

Aposta na qualidade para criar emprego e riqueza

O secretário de Estado do Turismo sublinhou, no dia 22, em Viana do Castelo, a aposta do Governo no desenvolvimento turístico do País, por forma a criar novas actividades económicas, novos postos de trabalho e riqueza para as pessoas.

«O Governo está disponível para ajudar e estimular o desenvolvimento turístico, embora não se possa substituir ao poder local e regional e à iniciativa empresarial», acrescentou Cabrita Neto.

Sustentou que Portugal tem que apostar num turismo de qualidade, por forma a ajustar a oferta à procura.

«Temos que ter consciência do perfil do novo turista, que é mais culto, mais informado e mais exigente», frisou o governante, sublinhando a necessidade de saber dar resposta a esta nova realidade.

Cabrita Neto falava em Viana do Castelo, onde presidiu à assinatura de um acordo de colaboração entre a Câmara Municipal e o Instituto de Financiamento e Apoio ao Turismo, através do qual este último organismo atribui 234.816 contos (1,2 milhões de euros) para obras naquela cidade, a realizar no âmbito do programa PITER.

A requalificação das avenidas dos Combatentes e marginal, do jardim público, do Largo João Tomás Costa, da Avenida Camões e da Rua João Alves Cerqueira são algumas das obras, que significam um investimento público total superior a 1,3 milhões de contos (6,5 milhões de euros).



CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 22 de Fevereiro

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei que institui um Fundo de Garantia Salarial, que em caso de incumprimento pela entidade patronal, assegura aos trabalhadores o pagamento de créditos emergentes do contrato de trabalho e aprova os Estatutos do Fundo de Garantia Salarial;
- Um diploma que adita um novo artigo ao decreto-lei n.º 328/93, de 25 de Setembro, estabelecendo uma taxa contributiva mais favorável para os trabalhadores agrícolas, e respectivos cônjuges, abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores independentes, e institui um regime excepcional e temporário de dispensa parcial do pagamento de contribuições destinado aos pequenos produtores agrícolas e respectivos cônjuges;
- Uma resolução que aprova os 30 principais objectivos da luta contra a droga e a toxicodependência no «Horizonte 2004»;
- Um diploma que altera o decreto-lei n.º 61/88, de 27 de Fevereiro, que estabelece o regime de organização e funcionamento do Gabinete Coordenador de Segurança;
- Um decreto-lei que cria, no âmbito do IAPMEI, o Fundo de Desenvolvimento Empresarial;
- Um decreto-lei que altera o Código Cooperativo, dispensando de escritura pública a realização de determinados actos relativos a cooperativas;
- Um decreto-lei que determina a integral substituição dos ficheiros do jogo, até 1 de Março de 2002 e permite que metade dos encargos com a aquisição de ficheiros para a prática de jogos de fortuna ou azar em casinos, motivada pela introdução do euro, seja suportada pelo orçamento da Inspeção-Geral de Jogos, quando tal não esteja previsto nos contratos de concessão;
- Um decreto-lei que estabelece o regime aplicável à globalização das dotações individuais das várias categorias das carreiras de regime geral, de regime especial e com designações específicas, bem como das dotações semiglobais já previstas para a carreira técnica superior;
- Um decreto-lei que procede ao aditamento de habilitações às constantes do quadro anexo ao diploma que estabelece o regime jurídico do pessoal docente da Escola de Dança do Conservatório Nacional;
- Um decreto-lei que transpõe para o direito interno as directivas comunitárias relativas aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrarem em contacto com os géneros alimentícios;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a legislação europeia relativa à aproximação das legislações dos Estados-membros sobre os métodos e colheitas e amostras e os métodos de análise para o controlo oficial dos teores de certos contaminantes (aflatoxinas) nos géneros alimentícios;
- Um decreto-lei que altera o artigo 24º do Estatuto do Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e Pescas;
- Uma resolução que estabelece medidas preventivas para áreas a abranger pelo Plano de Ordenamento da Orla Costeira de Alcoçaba – Mafra.

DEPUTADO DIAS BAPTISTA

Criminalidade

MAIS MEIOS E MELHOR QUALIDADE PARA MAIOR SEGURANÇA DOS CIDADÃOS



O deputado socialista Dias Baptista afirmou no dia 21, na Assembleia da República, que o Governo tem uma estratégia nacional de combate à criminalidade, que consiste «na prevenção, repressão, reinserção social e no regime sancionatório». Dias Baptista, que falava durante a interpeleção do CDS/PP sobre a criminalidade, violência e política de segurança interna, lembrou que «quando faltam outros argumentos políticos para questionar o Governo tem sido habitual, sobretudo nesta legislatura, que se introduza o tema da segurança dos cidadãos, fazendo apelo aos instintos mais primários de todos nós, que estão no nosso subconsciente colectivo e que se relacionam precisamente com a ideia global de segurança».

No entanto, para que não subsistam dúvidas, reiterou «que o Grupo Parlamentar do PS está preocupado com a segurança de pessoas e bens».

Mas, simultaneamente, «rejeitamos em absoluto, o cenário de uma situação de insegurança total que se está a pretender criar na nossa sociedade, sem correspondência com a realidade e criando um alarmismo de todo desajustado», disse.

Para o PS, «as questões da criminalidade, violência e segurança interna têm causas profundas, que numa sociedade como a nossa, complexa, são a globalização, a crise dos meios urbanos, o desenraizamento, a crise da família e, o flagelo da toxicod dependência».

Assim, referiu, num debate sobre este tema tão profundo e abrangente «é necessário analisar aquilo que tem sido o combate a essas causas, para que se perceba a coerência das políticas que têm sido seguidas, porque o reforço da segurança dos cidadãos não se faz com discursos demagógicos e populistas ou apenas com medidas securitárias e repressivas».

Antes de mais, frisou, «importa ter presente e destacar o conjunto de medidas de carácter social que o Governo tem vindo a desenvolver, desde 1996, designadamente o rendimento mínimo garantido, porque intervindo sobre as problemáticas sociais o Governo está a contribuir para a coesão social, reduzindo dessa forma os perigos de exclusão, para além de medidas que têm tido uma especial atenção para as crianças e os jovens em risco, com uma particular atenção para os que se encontram num processo de início ou de desenvolvimento da prática de factos que a lei penal qualifica como crime». Segundo sublinhou o deputado do PS, as

medidas e programas que têm vindo a ser implementados pelo Governo contribuirão para que a nossa sociedade seja «uma sociedade mais justa, fraterna e solidária, combatendo dessa forma os perigos resulfantes da exclusão social».

Por outro lado, adiantou, importa também analisar as políticas que têm sido implementadas no que concerne à toxicod dependência.

Antes de mais, disse, «temos de destacar o plano nacional de luta contra a droga e a toxicod dependência, que teve como um dos seus corolários, a primeira grande alteração, de índole marcadamente humanista, passa a considerar o toxicod dependente como um doente, e não como um criminoso, como consequência o consumo de drogas foi descriminalizado».

Estratégia nacional de combate à criminalidade

Contrariamente ao que é referenciado pelo PP Dias Baptista sublinhou que o Governo tem uma estratégia nacional de combate à criminalidade, que consiste «na prevenção, repressão, reinserção social e no regime sancionatório».

O Governo, acrescentou, «tem uma estratégia coerente que se baseia em mais meios e melhor qualidade, para mais segurança dos cidadãos».

Assim, referiu que, entre outras medidas, «o Governo tem mantido um esforço de investimento para melhorar as esquadras da PSP e os postos da GNR já existentes, bem como para construir novas instalações, bem como tem sido prosseguida uma política de

modernização do armamento, dos equipamentos de comunicação e informação e dos meios motorizados.

Por outro lado, sublinhou, «o Governo tem apostado nos meios humanos, com um reforço dos seus meios, sendo de sublinhar que desde Janeiro de 1996 se formaram 10.196 agentes e guardas», para além da implementação de vários programas de segurança e de uma forte aposta na formação.

Direita pura e dura

O Governo voltou a mostrar indisponibilidade para aceitar a proposta do CDS/PP de reduzir para 14 anos a imputabilidade penal dos menores, recordando que já existem medidas sancionatórias, que não a prisão, para aqueles casos.

A solução pura e dura da direita mais ultramontana proposta por Portas foi rejeitada liminarmente pelo Governo

No debate realizado no dia 21 na Assembleia da República (AR) sobre criminalidade e política de segurança, o ministro da Justiça, António Costa, respondeu com um claro não ao desafio anteriormente lançado por Paulo Portas, chegando mesmo a acusá-lo de fazer confusão sobre o conceito de imputabilidade.

António Costa explicou que ao defender a redução da idade de imputabilidade, o líder do CDS/PP estava a defender que as crianças fossem para a prisão, porque imputabilidade significa ficar sujeito às penas previstas no Código Penal.

J. C. CASTELO BRANCO

DEPUTADA ISABEL PIRES LIMA

Educação

REVISÃO CURRICULAR PARTICIPADA

A deputada socialista Isabel Pires Lima chamou a atenção do Parlamento, no dia 23, para o facto de «nunca, anteriormente, uma intervenção no sistema educativo ter sido concebida e executada com tanta e qualificada participação social».

A parlamentar do PS falava, na Assembleia da República, durante o debate sobre a política educativa de reestruturação curricular para o ensino secundário e que, recentemente, tem sido matéria para polémicas e manifestações.

Segundo Isabel Pires Lima, «quem não participou, mesmo quando formalmente convidado a fazê-lo, foi porque não quis ou porque, certamente, não tinha propostas a apresentar».

«Mas, tão importante como publicar os contributos recebidos foi tê-los integrado no conjunto das soluções propostas no quadro da revisão curricular, dando assim resposta aos grandes constrangimentos detectados pelos diversos sectores da comunidade educativa», acrescentou.

A deputada do GP/PS não deixou passar a oportunidade de frisar a instituição da «possibilidade» de alargar o tempo real de trabalho para aulas de 90 minutos, «quando e nos moldes que as escolas decidirem ser

mais conveniente para assegurar formas de trabalho em comum, com tempo para discutir os problemas e ensaiar soluções».

Por outro lado, Isabel Pires de Lima reiterou a ideia de que a revisão curricular visa, ainda, «dignificar os cursos tecnológicos», enquanto propiciadores de um diploma de formação secundárias e, simultaneamente, de um certificado de aptidão profissional de nível III. Assume-se, deste modo, a necessidade de inverter a imagem social negativa dos actuais cursos técnicos, vistos por largos sectores da sociedade como o percurso pobre do sistema.

«Esta revisão curricular permite a passagem da frequência de um curso geral para um curso tecnológico e vice-versa durante o ensino secundário, sem perda de anos lectivos», destacou Isabel Pires Lima, avançando perspectivas futuras.

Para a deputada socialista, está para breve a altura de concretizar um conjunto de medidas indispensáveis ao sucesso de todo o processo de revisão curricular.

«Não faltará ocasião para que os estudantes e as suas organizações representativas possam continuar a enriquecer com o seu contributo a revisão curricular em curso», concluiu.

MARY RODRIGUES

ECONOMIA

Enquadramento orçamental

PROJECTOS DE ESQUERDA AVANÇAM

A proposta governamental sobre a Lei do Enquadramento Orçamental e os projectos similares do PCP e Bloco de Esquerda (BE) foram aprovados na generalidade, na passada quinta-feira, dia 22, tendo sido chumbado o projecto de lei do PSD.

A proposta de lei do Executivo sobre as normas a que obedecerão os futuros Orçamentos do Estado foi aprovada com o voto a favor do PS e com a abstenção das restantes bancadas parlamentares.

O diploma do PCP passou com o voto a favor do PEV e BE (além dos comunistas) e a abstenção do PS, PSD e CDS/PP.

O do BE foi aprovado com a abstenção de todas as bancadas (excepto dos bloquistas) e o projecto do PSD chumbou com o voto

contra do PS e com a abstenção dos restantes grupos parlamentares.

O deputado socialista Joel Hasse Ferreira disse que a rejeição do projecto do PSD deve-se ao facto de o diploma ser «praticamente igual» ao que o PSD tinha apresentado há alguns meses atrás, altura em que foi chumbado, também, na generalidade. Uma das novidades que poderá sair da nova lei de Enquadramento Orçamental prende-se com a inclusão nos Orçamentos de Estado de um mapa com os compromissos plurianuais que os governos assumem como reflexo nas contas públicas dos executivos seguintes. Os diplomas aprovados descem agora à Comissão de Economia, Finanças e Plano para debate e votação na especialidade.

DEPUTADA M^ª DO CÉU LOURENÇO **Cheias no Baixo Mondego**

ACTUAÇÃO FIRME E SOLIDÁRIA DO GOVERNO

As alterações climáticas derivadas do efeito estufa provocaram uma situação «anormal, impensável e imprevisível» de intempérie, sendo essa e não outra a verdadeira razão dos prejuízos verificados no Baixo Mondego em particular e no País em geral.

Foi esta a ideia defendida, no dia 22, na Assembleia da República, pela deputada socialista Maria do Céu Lourenço, para quem lançar acusações contra o Governo, nesta matéria, «para lá de caricato, é pura demagogia e corresponde a uma forma inaceitável de fazer política».

«Registamos com atenção, as preocupações contidas nos projectos de resolução apresentados pelo PSD, PCP e CDS/PP, os quais têm um objecto similar que é o de recomendar ao Governo, um conjunto de medidas de natureza económica, procedimental e de coordenação por forma a debelar a situação provocada pelas cheias, em termos individuais, de equipamentos e prevenir acontecimentos futuros», garantiu a parlamentar do PS.

A deputada do GP/PS reconheceu o mérito das iniciativas em apreço, atendendo ao seu desiderato último, mas não deixou de chamar a atenção para o facto de estas conterem «algumas medidas que se encontram já diluídas com toda a incessante actuação que o Governo e as autarquias afectadas têm

vindo a desenvolver nestes últimos meses, a qual tem incidido em diversas vertentes, designadamente a normativa e administrativa».

Por forma a esclarecer os proponentes de todas as iniciativas e «tranquilizar os espíritos», Maria do Céu Lourenço passou a elencar resumida e não exaustivamente as medidas que já foram tomadas e que «esvaziam de certa forma algumas propostas em apreço».

«Não obstante a dimensão da tragédia, graças aos esforços das entidades envolvidas, todo este estado de excepção não fez nenhuma vítima humana, o que é revelador de uma actuação concertada», recordou a deputada socialista, ponderando de imediato a hipótese se se seria exigível fazer mais e melhor.

«É sempre possível aperfeiçoarmo-nos, é essa a nossa postura. Podemos apostar na prevenção em termos de reconstrução longe de linhas de água, e conferindo-se mais atenção e exigências de rigor aos diques e à sua resistência, o que tem sido feito em relação às barragens, contudo a imprevisibilidade das forças da natureza não é passível de controlo», disse.

Garantindo que o Executivo e a bancada socialista estão «tranquilos neste domínio», Maria do Céu Lourenço terminou a sua

intervenção assegurando que «as medidas elencadas e o envolvimento do Governo nesta matéria, indo directamente ao terreno e ao contacto com as populações, evidenciam a sua actuação firme e solidária desde o primeiro momento da crise que assolou o Baixo Mondego».

Apoiar sem burocratizar

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista viabilizou, no passado dia 22, os projectos de resolução do PCP e CDS/PP sobre apoio às vítimas das cheias do Mondego, mas chumbou o diploma do PSD por propor um inquérito para apuramento de responsabilidades públicas.

No projecto de resolução, a bancada laranja recomendava, entre medidas de apoio às vítimas, a realização de um inquérito rigoroso e independente (promovido pelo Ministério da Administração Interna) para apuramento das causas das cheias ocorridas em finais de Janeiro no Baixo Mondego e correspondentes responsabilidades.

No debate dos projectos, no Parlamento, o PS e o secretário de Estado adjunto do ministro da Administração Interna, Carlos Zorrinho, não deixaram de referir o carácter meritório de todos os diplomas, mas sublinharam que o inquérito proposto pelo

PSD só ia prejudicar as vítimas das intempéries, na medida em que, sustentaram, as seguradoras podem alegar que só pagam as indemnizações quando houver conclusões do inquérito.

«Ninguém pode, de boa fé, afirmar existirem responsabilidades públicas nos danos causados. Não vislumbramos indícios de responsabilidade que não sejam atribuíveis às causas naturais», afirmou o secretário de Estado. Minutos depois, nas votações, o PS chumbou o projecto do PSD, após um duplo empate.

Já os diplomas similares do CDS/PP (que fala apenas em avaliação da actuação das entidades envolvidas no controlo das cheias, e do PCP) que propõe um inquérito local, mas para aperfeiçoamento dos serviços, foram aprovados por unanimidade.

O CDS/PP teve, contudo, de retirar do seu diploma uma frase que dava como certa a responsabilidade de serviços do Governo nas cheias e consequentes danos sofridos pelas vítimas.

O secretário de Estado disse que muitas das medidas propostas pela oposição já estavam a ser implementadas no terreno, garantindo que a resposta interministerial aos danos provocados pelas cheias «vai continuar a ser dada ao longo deste ano».

MARY RODRIGUES

DEPUTADO MIGUEL COELHO **Património urbano**

UMA OUTRA RESPOSTA AO VANDALISMO DOS PSEUDO-«GRAFFITIS»



O deputado do PS Miguel Coelho afirmou no Parlamento que o projecto de lei do CDS/PP que visa criminalizar os autores dos chamados «graffitis»

representa «uma típica resposta de direita, na sua versão pura e dura» a um fenómeno característico que atinge principalmente «as zonas suburbanas das grandes cidades e que é indicador de alguma exclusão social».

De salientar que na iniciativa legislativa do CDS/PP não se faz uma distinção dos meros actos de vandalismo, um flagelo principalmente suburbano, dos gestos que se enquadram de alguma forma numa

tentativa de «comunicação e expressão de um estado de espírito, de revolta contra as «injustiças do sistema»». Ou seja, os populares metem tudo no mesmo saco. Para o primeiro caso, lembrou Miguel Coelho, já a actual legislação prevê a sua criminalização.

«Para estes jovens, para estes autores de «graffitis» ou inscrições a resposta não pode ser a criminalização, a prisão, que só os atirará para níveis superiores de exclusão e aí sim de marginalidade, mais difícil de lidar», disse, acrescentando que a resposta tem de ser outra, e que passa necessariamente «pelo diálogo na tentativa de incutir princípios de valorização social neste sector da nossa população, jovens na sua esmagadora maioria».

O camarada Miguel Coelho lembrou que algumas câmaras lançaram iniciativas com o objectivo de se estabelecerem pontes de compreensão, «dando-lhes também estatuto de criadores de uma outra forma de expressão cultural ou artística».

Guetos para ricos e para pobres nas cidades desumanizadas

Só que, é necessário lembrar, e aqui está o cerne da questão, numa sociedade ainda muito injusta, com a proliferação nas grandes cidades de guetos para ricos (condomínios fechados) a par dos guetos para pobres, perdendo-se cada vez mais a noção de bairros interclassistas, com a especulação imobiliária e os patos-bravos

à solta, a falta de espaços verdes e de equipamentos desportivos e de lazer, todos estes problemas continuarão a marcar a vida nas grandes urbes.

Na sua intervenção, o camarada Miguel Coelho referiu que um dos caminhos a seguir está consagrado numa resolução do Conselho de Ministros que lançou o Programa de Prevenção da Criminalidade e Inserção dos Jovens, Programa «Escolhas».

Para o deputado socialista, «será sempre por esta via, pela via do combate às causas inerentes aos fenómenos de marginalidade, pela via do diálogo e naturalmente da responsabilização, que prosseguiremos e incentivaremos outros a prosseguir».

J. C. CASTELO BRANCO

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTE CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005
CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097
BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



«KITS» COM IMITAÇÕES DE NOTAS EURO A CEGOS E SURDOS

O Banco Central Europeu e a Comissão Europeia vão pôr à disposição dos formadores de cegos, surdos e deficientes mentais imitações de notas e moedas de euros para acções de formação.

Ao todo serão distribuídos 28 mil «kits» contendo imitações das novas notas de euros a associações e outros organismos relacionados com a formação de cegos, surdos e deficientes mentais no espaço euro (os quinze Estados-membros da União Europeia à excepção do Reino Unido, Dinamarca e Suécia).

As imitações das notas de euro são semelhantes às notas de euros verdadeiras que entrarão em circulação a partir de 1



de Janeiro de 2002, sendo feitas no mesmo papel e tendo o mesmo tamanho, cor e sensibilidade ao tacto que as notas

verdadeiras.

No entanto, a fim de evitar confusões, são apenas impressas num dos lados e têm aposta a menção «no value» (sem valor).

A fim de evitar o risco de falsificação, as imitações das notas estão individualmente numeradas e não possuem nenhum dos elementos de segurança que serão revelados pelo BCE em Setembro de 2001. Serão distribuídas aos formadores através das redes especializadas registadas a nível da Comissão Europeia e dos Estados-membros.

Como afirmou David Byrne, comissário europeu responsável pela Saúde e Defesa do Consumidor, «todos os cidadãos da zona euro terão que aprender a linguagem

de uma nova unidade de conta e terão que se familiarizar com as novas moedas e notas de euros».

«Ao promovermos o programa Euro Fácil e acções de formação tais como as do kit euro, pretendemos ter a certeza de que as pessoas que têm dificuldades no acesso à informação têm as mesmas oportunidades de se prepararem para utilizar o euro do que as pessoas que são atingidas pelas campanhas de informação», disse.

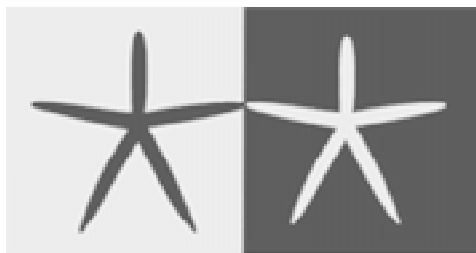
Para já, a iniciativa contará apenas com notas de euro, estando a distribuição de moedas, que serão produzidos pelas Casas da Moeda nacionais, prevista para o final da Primavera.

ESTRATÉGIA PARA DINAMISMO EMPRESARIAL

O s ministros da Indústria da União Europeia (UE) reuniram-se informalmente, na Suécia, na semana passada, para definir as medidas a apresentar na cimeira de Estocolmo, estabelecendo como prioridade a melhoria do dinamismo empresarial na zona euro.

O ministro português da Economia, Mário Cristina de Sousa, fez saber, através de comunicado do seu ministério, que esse dinamismo será conseguido com acções em algumas áreas, que permitirão à UE tornar-se «na economia mais dinâmica do mundo, baseada na economia do conhecimento», em 2010.

As áreas definidas pelos ministros como prioritárias foram, entre outras, o enquadramento legal para a empresa; a



eu2001.se

melhoria do funcionamento do mercado através da regulamentação; o recurso a serviços financeiros e capital de risco; a inovação e investigação; e a diminuição das lacunas.

Da reunião saiu ainda a defesa da necessidade de «apoiar o crescimento no desenvolvimento sustentado».

Assim, no documento refere-se que «não há incompatibilidade entre o crescimento económico e a sustentabilidade».

A reunião informal teve como tema «Prosperidade através do empreendedorismo e da empresa - construindo uma Europa baseada no conhecimento».

As conclusões da reunião representam uma especificação da estratégia definida na cimeira de Lisboa, realizada em Março de 2000.

DITADOR VIDELA DIZ NÃO TER REMORSOS POR 30 MIL MORTOS

O antigo ditador argentino Jorge Videla declara não ter quaisquer remorsos por ter dirigido um regime sob o qual 30 mil pessoas desapareceram e confirmou que «sabia tudo» o que se passava durante a ditadura. A afirmação deste torcionário foi feita à revista «Viva».

«Não há guerras sujas, há apenas guerras justas ou injustas. Aquela era uma guerra dos serviços secretos, com todos os



horrores que a acompanharam», declara Jorge Videla, de 75 anos, numas das entrevistas do livro a sair «O Ditador», 25 anos após o golpe de Estado que o levou ao poder.

«Exercer o poder não foi difícil para mim, nunca hesitei. Eu sabia tudo», afirma Jorge Videla, que esteve à frente da junta militar na Argentina durante a primeira parte da ditadura, o período mais sangrento (1976 a 1981).

Videla está sob prisão domiciliária e é acusado de ser autor de delitos de rapto, dissimulação e detenção de 400 menores, nascidos em cativeiro nas masmorras da ditadura.

A propósito do desaparecimento sistemático de dissidentes políticos (cerca de 5000), Videla defende-se afirmando que «não poderiam ter sido todos fuzilados, porque a sociedade argentina não teria suportado tais execuções».

QUINZE ASSINAM TRATADO PARA EUROPA DOS 27

Os chefes da diplomacia dos Quinze, entre os quais Jaime Gama, assinaram no dia 26, em Nice (França), um novo Tratado comunitário que vai permitir o alargamento da União Europeia ao Leste e ao Mediterrâneo, a partir de 2003.

O acordo sobre a reforma das instituições comunitárias foi alcançado na madrugada de 11 de Dezembro último pelos chefes de Estado e Governo dos Quinze, após longas e difíceis negociações.

Depois de assinado, o texto do novo tratado terá ainda de ser ratificado por todos os parlamentos nacionais até ao fim de 2002.

Na conferência de Imprensa final da Cimeira de Nice, o primeiro-ministro, António Guterres, considerou que tinha sido aprovado «não o melhor, mas um bom tratado».

Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, horas antes da cerimónia da assinatura, disse que «o Tratado de Nice foi um tratado bom para Portugal, na medida em que salvaguardámos o essencial daquilo que tínhamos a salvaguardar no sistema de decisão da UE».

Já o presidente da Comissão Europeia, o italiano Romano Prodi, disse que o tratado contém «mecanismos sólidos e capazes de permitir o acolhimento dos países candidatos».



O novo tratado pretende resolver três problemas principais: limitar o número de comissários europeus, estabelecer uma nova repartição de votos atribuídos a cada Estado-membro nas decisões do Conselho de Ministros e generalizar a tomada de decisões por maioria qualificada para evitar a paralisia de uma União alargada a 27 Estados.

A repartição dos votos, como se previa, foi a matéria central da batalha que opôs «pequenos» e «grandes» Estados-membros.

Em Nice, foi estipulado que os países de

maior dimensão, Alemanha, França, Reino Unido e Itália, passam a ter cada um 29 votos, num total de 345 (27 Estados-membros). Actualmente, têm 10 cada, num total de 85 (15 Estados-membros).

Entre os países pequenos e médios, Portugal e Bélgica passam a ter 12 votos, a Romênia 14, a Holanda 13, a Suécia 10, a Irlanda sete, o Luxemburgo quatro.

Na cauda do peso político comunitário, estará, quando aderir, a ilha de Malta, com três votos.

Neste momento, uma decisão por maioria qualificada é tomada por um mínimo de 62

votos, num total de 87, mas passará a sê-lo por 255, num total de 345 votos.

O novo sistema estipula que uma decisão por maioria qualificada terá de envolver uma maioria de Estados-membros (metade mais um, ou seja, 14 em 27).

Se algum membro do Conselho de Ministros o pedir, será ainda feita uma nova verificação para assegurar que a soma da população dos Estados-membros representados na maioria é ou não superior a 62 por cento da total da União.

Os Estados-membros de maior dimensão e mais populosos têm actualmente dois comissários em Bruxelas e os restantes 10 países apenas um, num total de 20.

A partir de 2005, a Comissão Europeia, o órgão executivo da UE, passa a ser composto por um nacional de cada Estado-membro.

Quando a UE contar com 27 Estados-membros, será tomada uma decisão para fixar definitivamente o número limite de membros da Comissão Europeia, que será sempre inferior ao de Estados da UE.

No que diz respeito ao fim do direito de veto, o Tratado de Nice apenas definiu cerca de 30 matérias que passam a ser aprovadas por maioria qualificada, abandonando-se a regra da unanimidade.

As questões mais sensíveis (fiscalidade, segurança social e política comercial) continuam, no entanto, a ter de receber o acordo de todos para serem aprovadas.

IMPROVÁVEL NOVO AUMENTO DA QUOTA LEITEIRA PARA OS AÇORES

O deputado socialista ao Parlamento Europeu (PE) Paulo Casaca considerou improvável um novo aumento da quota leiteira dos Açores em 2003, ano em que a União Europeia (UE) vai rever este «dossier».

O eurodeputado açoriano, que falava no dia 21 numa reunião com a Associação de Agricultores da Ilha do Faial, explicou que a ultrapassagem de quota que se está a verificar em vários países, aponta para que não seja permitido um aumento nos próximos anos.

Os Açores conseguiram recentemente um acréscimo de quota leiteira, com a decisão da UE de excluir o autoconsumo das ilhas do total atribuído à região.

Segundo referiu o eurodeputado, um novo aumento do limite de produção para o arquipélago é cada vez mais improvável, até porque as 500 mil toneladas de leite que se produzem anualmente nos Açores não são insignificantes no conjunto dos

Estados-membros.

«Actualmente, a produção leiteira nos Açores corresponde a cerca de 0,8 por cento do total da UE, o que já não é uma gota de água», sublinhou.

Paulo Casaca anunciou, também, que o grupo de trabalho da UE que estuda o «dossier» da Agricultura, decidiu propor que os investimentos agro-industriais no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) beneficiem de participações até 75 por cento, como estava estipulado no anterior QCA.

Uma decisão que, caso venha a ser adoptada pelos Quinze, beneficiará a Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial, que se viu privada de avançar com o projecto da sua nova fábrica no segundo QCA, por falta de verbas comunitárias, referiu.

Direitos de autor na UE

O eurodeputado socialista Luís Marinho

defendeu no plenário de Estrasburgo uma solução equilibrada para a harmonização dos direitos de autor na UE.

O alcance de um ponto de equilíbrio entre a democratização do entendimento que as novas tecnologias oferecem e a continuidade do acto criativo dos autores, que deverão receber a justa retribuição do seu trabalho, constitui, na opinião de Luís Marinho, a melhor solução para a aprovação da directiva PE/Conselho sobre a harmonização dos direitos de autor na UE.

Luís Marinho, vice-presidente do PE, considerou que na proposta em causa, «em nome da liberdade de consumir, opõe-se o consumo da arte à criação artística, da mesma forma que se aceita supor a protecção da liberdade criativa como entrave ao conhecimento e ao enriquecimento cultural dos cidadãos».

Para o camarada Luís Marinho, esta solução apresenta «um criticável grau de leviandade».

«A maior interoperacionalidade do sistema ferroviário transeuropeu trará vantagens acrescidas para Portugal», afirmou a eurodeputada socialista Helena Torres Marques no plenário de Estrasburgo do PE, durante o debate de um relatório sobre esta matéria.

Na sua intervenção, a eurodeputada socialista afirmou que para um país como Portugal, que está no extremo sudoeste da Europa, e que depende de outros países no domínio do transporte de mercadorias, a criação de estruturas ferroviárias mais eficientes, com ligações integradas a portos e outros entrepostos comerciais, potenciará o desenvolvimento económico das regiões por elas servidas, bem como dos próprios caminhos de ferro nacionais. Neste contexto, congratulou-se com a nova directiva sobre esta matéria, que, frisou, «permitirá que se passe do plano das boas intenções à concretização de uma nova dimensão para o sector dos transportes ferroviários europeus».

J. C. C. B.

COMEÇOU A PRIMEIRA CONTAGEM DO SÉCULO

Mais de 22 mil pessoas invadiram ontem as ruas de Portugal dando assim início à primeira contagem da população residente do século XXI, numa operação com custos estimados de 8,8 milhões de contos.

A operação censitária, que tem vindo a ser preparada desde o início de 1998, decorrerá em três fases: até 11 de Março decorre a distribuição dos questionários; entre 12 de Março e o final de Abril a recolha dos questionários e entrevista ao representante da família e até ao final de 2002 o tratamento dos dados estatísticos. A divulgação dos dados recolhidos na operação deste ano inclui, no entanto, duas inovações: um *cd-rom* com os dados relativos a todos os recenseamentos efectuados em Portugal e uma base de dados de acesso livre na Internet.

As associações das novas tecnologias à operação Censos permitiu a «divisão» do País em 135 mil pequenas áreas denominadas subsecções estatísticas, mas os dados contidos quer no *cd-rom*, quer na base de dados não vão possibilitar a obtenção de informações cujo resultado seja inferior a três – uma forma de impedir a individualização dos números requeridos e a consequente identificação dos cidadãos.

O conjunto das informações estatísticas recolhidas irá constituir-se, no entanto, essencial para o planeamento do investimento no País, pois os dados poderão ser desagregados ao pormenor do quarteirão, uma tarefa difícil usando



apenas a informação administrativa. Depois de recolhidos os questionários e efectuadas as entrevistas, três equipas de funcionários constituídas por 90 pessoas cada irão dar início ao processamento dos dados através de leitura óptica, uma tarefa que deverá prolongar-se até ao final do ano.

Só a partir do próximo ano será possível começar a ter acesso aos dados finais apurados na operação censitária, muito embora em meados de 2001 já estejam disponíveis os dados provisórios, nomeadamente os que se referem ao número de residentes em Portugal.

Apesar da utilidade dos dados recolhidos nas operações censitárias, nomeadamente para o planeamento do investimento estatal, o director da operação, Fernando Casimiro, defendeu que «Portugal precisa

de realizar um esforço administrativo muito grande que permita actualizar a informação recolhida nos anos em que não são efectuadas operações censitárias».

«Os censos devem servir para conhecer a população e as habitações nas suas características fundamentais e que permitam, depois, realizar outras operações estatísticas necessárias para aprofundar o conhecimento de algumas características com maior exigência técnica», afirmou Fernando Casimiro.

A operação «Censos 2001» obrigou à realização de 1200 cursos de formação correspondentes a cerca de 17.000 horas de actividade lectiva com o objectivo de preparar os 22 mil intervenientes para o trabalho de contagem de cerca de dez milhões de habitantes, 3,2 milhões de famílias, 4,5 milhões de alojamentos e 2,9

milhões de edifícios.

Entre questionários e documentos auxiliares, foram impressos 135 milhões de páginas A4.

Quantos deficientes tem Portugal?

Em Portugal estima-se que 10 por cento da população seja portadora de um tipo de deficiência, mas só o Censos 2001 permitirá um retrato mais fiel desta realidade.

Governo e deficientes acreditam que será então possível definir as necessárias respostas sociais.

Pela primeira vez na história das operações censitárias em Portugal – cujo início remonta a 1864 – os resultados estatísticos recolhidos na operação que começou ontem permitirão saber também com exactidão o número de pessoas portadoras de deficiência, bem como o grau de incapacidade decorrente da deficiência que possuem.

Na operação deste ano foi decidido voltar a observar o tipo de deficiência (desde 1970 que estes dados não eram recolhidos em recenseamentos), bem como o respectivo grau de incapacidade.

«É um passo importante» e «um instrumento fundamental» para uma melhor definição e criação de respostas adequadas a esta população afirmaram em declarações à imprensa o secretário de Estado adjunto do ministro do Trabalho e da Solidariedade, Rui Cunha, e o presidente da Associação Portuguesa de Deficientes, Humberto Santos.

DESENVOLVIMENTO A PAR DA VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE

Uma concentração de cerca de 1500 pessoas, entre as quais se viam algumas crianças com fatos de Carnaval, aguardava no domingo o primeiro-ministro, António Guterres, à sua chegada a Cabeceiras de Basto.

Guterres, que depois fez questão de cumprimentar muitas delas, seguiu depois para a Câmara Municipal onde teve lugar uma sessão de boas-vindas.

Ali, o primeiro-ministro salientou que a terra, que foi durante séculos uma região encravada e que de alguma forma ficava à margem dos principais itinerários, vai agora ser atravessada por um dos eixos viários fundamentais, que vão ligar Portugal a Espanha e à Europa através da fronteira de Chaves.

Recordando um episódio - ligado à origem do nome da região de Basto - no âmbito

das invasões árabes do século VIII na região, Guterres observou que «os muçulmanos que nos invadem hoje são os perigos da desertificação e o atraso relativo de algumas regiões em relação ao resto do País».

A auto-estrada que parte do Porto e já chega a Guimarães vai ser prolongada até Basto e depois prosseguirá até à ligação ao IP3 que vai de Viseu a Chaves e terá ligação à auto-estrada espanhola das Rias Baixas, explicou.

«Pela primeira vez na História, a região de Basto vai ser atravessada por um dos eixos fundamentais de ligação de Portugal à Europa», acentuou Guterres.

Salientando a importância do desenvolvimento futuro da região, Guterres lembrou também que é importante simultaneamente cuidar da identidade, das raízes, da história e da

tradição porque, disse, «a única forma de a modernidade não descaracterizar é ser construída a partir da valorização da identidade».

Frisando que a maior parte das regiões portuguesas não tem condições para competir com o resto do mundo no que diz respeito às chamadas grandes produções agrícolas, Guterres disse que a sua oportunidade está nas produções de qualidade, com origem certificada, que reflectem as tradições e costumes das regiões, como é o caso das que se vêm na Feira da Orelheira e do Fumeiro de Cabeceiras de Basto.

O primeiro-ministro visitou depois o antiquíssimo Mosteiro de Refojos de Basto (neste momento em fase de restauro pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais) e visitou depois o novo Centro de Saúde, que vai ter uma unidade de

internamento com 16 camas e extensões em Arco de Baúlhe e Cavez.

Muitos projectos municipais

Acompanhado pelo presidente do município, o arcebispo católico de Braga e o reitor da Universidade do Minho, António Guterres assistiu em seguida na chamada Quinta do Mosteiro (porque antigamente era de facto uma propriedade agrícola pertencente ao Mosteiro de Refojos de Basto) à apresentação de uma série de novos equipamentos construídos (ou em construção) na terra nos últimos cinco anos e cujo custo total foi de cerca de 1,6 milhões de contos.

A construção da ETAR (estação de tratamento de águas residuais) de Arco de Baúlhe e Cabeceiras de Basto, da piscina municipal, mercado e ainda a Escola Básica de Cavez são alguns desses equipamentos.

FAMÍLIAS COM FILHOS EM CRECHES RECEBERÃO ENTRE 10 A 45 CONTOS

O programa-piloto do Estado para as famílias com filhos até três anos em creches vai proporcionar apoios financeiros entre os dez e os 45 contos por mês e por criança, revelou, no dia 23, o presidente do Instituto de Desenvolvimento Social. Edmundo Martinho disse que o programa, que irá ser introduzido de forma experimental no distrito de Faro, a partir de 1 de Julho, consiste no apoio financeiro tendo como referência o subsídio familiar a crianças e jovens (antigo abono de família).

As famílias do primeiro escalão do subsídio (as mais carenciadas) receberão uma ajuda financeira de 90 por cento da mensalidade da creche até ao máximo de 45 contos; as dos segundo escalão uma comparticipação de 50 por cento até 25 contos e as do terceiro escalão um apoio de 20 por cento até ao máximo de dez contos.

O subsídio será requerido pelas famílias com a aprovação da instituição acolhedora, embora o pagamento da prestação seja efectuado directamente pela Segurança Social para a creche com a autorização dos pais.

A novidade da experiência-piloto consiste, segundo Edmundo Martinho, na «possibilidade de as famílias poderem escolher a instituição onde pretendem inscrever o seu filho, adequando assim as suas necessidades às respostas que lhes são oferecidas quer pelas entidades da rede de solidariedade quer pelas instituições privadas».

A realização da experiência-piloto no Algarve justifica-se, segundo o mesmo



responsável, pelo facto de o distrito de Faro ser uma das prioridades governamentais na ampliação da rede de creches, «bem como pelas carências verificadas especialmente no período do Verão, quando as famílias são obrigadas a trabalhar mais horas e mais dias devido ao turismo».

Além disso, o programa «visa acautelar que as famílias mais carenciadas tenham acesso a respostas escolares de acordo com as suas necessidades, o que até agora não é totalmente garantido já que o apoio é prestado pelas instituições da rede de solidariedade, que nem sempre consegue dar resposta aos problemas que lhes são colocados».

Apesar de as famílias poderem escolher a

instituição para os seus filhos, Edmundo Martinho garantiu que a medida, caso venha a ser alargada a todo o País, «não pretende retirar importância às instituições da rede solidariedade que continuarão a ser o parceiro privilegiado do Estado no apoio social às famílias».

«Pretende-se, em primeiro lugar, alargar o leque de beneficiários e dar-lhes a oportunidade de escolherem o que melhor se adapta às suas necessidades, estimulando assim a diversificação das respostas dadas quer pelos privados quer pelas instituições da rede de solidariedade», concluiu.

Mais 50 mil novas vagas

Cerca de 35 milhões de contos é a verba que o Estado tem disponível para investir até 2006 com o objectivo de duplicar a oferta em creches para um total de 100 mil vagas.

Denominado Creches 2000, o projecto governamental, cuja aplicação foi apresentada pelo ministro Ferro Rodrigues, na passada quinta-feira, dia 23, em Faro, visa a abertura de 750 novas creches e vai ser desenvolvido em três vias: construção de novos equipamentos para a rede de solidariedade, apoio a privados e incentivos às amas.

O Estado, através do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, tem disponíveis 24 milhões de contos para apoio à abertura de novos equipamentos na Rede de Solidariedade, acrescidos de nove milhões de contos para o funcionamento dessas instituições.

Além das verbas para as Instituições

Particulares de Solidariedade Social, Misericórdias ou Mutualidades, o ministério destinou uma verba de dois milhões de contos para a iniciativa privada até apoios de 15 mil contos a fundo perdido (para novas creches) e cuja gestão será assegurada através de um programa denominado Programa de Apoio à Infância (Papi), paralelo ao Creches 2000.

As instituições privadas interessadas nos fundos estatais de apoio podem candidatar-se, até ao final de Abril, quer pela via normal – papel – quer através da Internet em www.seg-social.pt

O Papi será também a referência de apoio na terceira via de desenvolvimento dos equipamentos, as amas, e que prevê apoios de adaptação dos espaços até um montante de 500 contos e formação profissional gratuita e subsidiada.

O apoio às amas terá, no entanto, início apenas em Setembro devido à necessidade de produção de legislação específica de enquadramento.

As verbas a atribuir pelo Estado aos privados destinam-se à construção, adaptação e reabilitação de espaços existentes e não à aquisição de terrenos ou edifícios para creches, disse o presidente do Instituto de Desenvolvimento Social.

Em 2001, com os distritos de Aveiro, Lisboa, Porto, Faro e Viseu como prioritários da aplicação do programa, o Estado tem já cativas em sede de PIDDAC (Plano de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) uma verba de 2,8 milhões de contos para a construção de novos equipamentos.

BRASILEIROS E EUROPEUS DE LESTE SÃO OS MAIS EMPENHADOS NA LEGALIZAÇÃO

A lista de pedidos de regularização da situação em Portugal é encabeçada por moldavos, romenos, ucranianos e brasileiros, reconheceu o camarada José Leitão, alto comissário para a Imigração e Minorias Étnicas.

O camarada José Leitão falava no dia 21 de Fevereiro, na cerimónia de assinatura de um protocolo de cooperação com o Centro Cultural Africano da Bela Vista, em Setúbal.

Confrontado com o facto da comunidade africana ter apresentado menos pedidos de legalização, quando se trata de uma das



maiores comunidades estrangeiras radicadas em Portugal, o alto-comissário para a Imigração e Minorias Étnicas admitiu que a grande maioria dos imigrantes lusófonos já terá concluído o processo de legalização.

Apoios à inserção social

«Isto não quer dizer que não estejamos atentos. Estamos a fazer visitas às diferentes associações de imigrantes africanos para que a informação chegue a todos os imigrantes ilegais», salientou o camarada José Leitão.

No que respeita ao protocolo de cooperação celebrado com o Centro Cultural Africano, que se destina a financiar um projecto de intercâmbio cultural com o Centro Cultural de Matalane, em Moçambique, o camarada José Leitão justificou a pequena verba atribuída – 250 contos - com o facto de se tratar de uma acção que não é considerada prioritária pelo Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas.

«Privilegiamos os apoios que visam a inserção social e celebramos protocolos de valor variável, em função das actividades que nos são propostas», justificou José Leitão.

O DOBRO DAS CIRURGIAS EM 2001

Mais do dobro de cirurgias serão efectuadas, este ano, fora do Serviço Nacional de Saúde (SNS), no âmbito do programa de combate às listas de espera.

De acordo com dois despachos da ministra Manuela Arcanjo, divulgados no dia 22, serão realizadas, em 2001, 8355 operações de recuperação de listas de espera fora do SNS, mais 4190 cirurgias do que as contratualizadas em 2000 pelo Ministério da Saúde.

Para a duplicação, contribuirão as cirurgias a realizar pela União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e pela União das Misericórdias (UM), que deverão assegurar mais 2140 e 2050 intervenções do que no ano anterior.

Para o sector privado convencionado e para a União das Instituições Particulares de Solidariedade Social (UIPSS), o programa para 2001 de recuperação de listas de espera (PPA) mantém os mesmos números de cirurgias de 2000.

Este ano, o PPA custará ao Estado cerca de dez milhões de contos, segundo avançou o Ministério da Saúde.

O programa vê reforçada este ano a participação das entidades exteriores ao SNS, embora o gabinete da ministra da Saúde tenha alertado que as quotas de cirurgias contratualizadas com cada uma das organizações representam «tectos máximos» e não objectivos a atingir obrigatoriamente.

A União das Mutualidades tem atribuído um número máximo de 3460 cirurgias, 2010 das quais destinadas a doentes indicados pela Administração Regional de Saúde



(ARS) de Lisboa e Vale do Tejo. Operações a hérnias e intervenções no cristalino, com ou sem vitrectomia, representam a maior fatia das cirurgias a efectuar pelas Mutualidades, tendo sido contratualizadas 850 operações para este ano.

As Misericórdias serão responsáveis pela realização de 4250 cirurgias, das quais 2500 beneficiarão doentes referenciados pela ARS Norte.

O sector privado convencionado assume a execução de 2300 operações no âmbito do PPA, enquanto as Instituições de Solidari-

idade Social deverão garantir 395 operações de recuperação das listas de espera.

Remuneração das equipas médicas aumenta entre 10 a 96 contos

Entretanto, foi anunciado que a remuneração das equipas médicas que aderirem ao programa de recuperação das listas de espera em 2001 sobe entre 10 a 96 contos, consoante o tipo de operação, comparativamente aos preços praticados no ano transacto.

A subida das remunerações decorre do

aumento dos preços dos vários tipos de intervenções cirúrgicas que integram o PPA. De acordo com uma portaria de Manuela Arcanjo, de 16 de Fevereiro, as equipas que realizarem intervenções como, por exemplo, procedimentos no ouvido, boca, nariz e garganta em bloco operatório, passam a receber 210.200 escudos, mais 48.060 escudos do que anteriormente.

Uma diferença significativa dos montantes a receber pelas equipas médicas surge igualmente no caso de intervenções das válvulas cardíacas e outros grandes procedimentos cardiotorácicos com cateterismo cardíaco, em que a remuneração passa de 421.880 para 517.300 escudos.

O aumento da remuneração das equipas médicas que intervêm no PPA é uma questão que a Federação Nacional dos Médicos (FNAM) vem reivindicando desde o início do programa de recuperação das listas de espera, e que a própria Ordem dos Médicos havia já considerado, em declarações à Imprensa, ser necessário alterar para o ano em curso.

Ao apresentar os resultados do PPA em 2000, Manuela Arcanjo havia igualmente reconhecido que os valores praticados por operação foram um motivo invocado por 50 por cento dos hospitais que não aderiram ao programa.

As alterações às intervenções que integram o programa de recuperação das listas de espera abrangem ainda a inclusão de um maior número de actos susceptíveis de serem praticados em ambulatório, bem como novos tipos de intervenções, a par da eliminação de outros.

GOVERNO PRIVILEGIA RENDIMENTO MÍNIMO E DESEMPREGADOS

O Governo alterou a estratégia para os programas operacionais (POC) e vai dar prioridade aos beneficiários do rendimento mínimo e aos desempregados subsidiados.

A alteração estratégica está já prevista no orçamento e no plano de actividades do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) para este ano, aprovado pelo conselho de administração da instituição, que integra os parceiros sociais. Os POC são programas de ocupação para fins sociais em tarefas de utilidade colectiva e têm três tipos de destinatários: beneficiários do rendimento mínimo garantido, desempregados a receberem subsídio de desemprego e carenciados. Mário Caldeira Dias, presidente do IEFP explicou que esta nova orientação foi

definida com base, em primeiro lugar, da ideia de que, «hoje, a um conjunto de direitos corresponde um conjunto de deveres».

Tanto os beneficiários do rendimento mínimo garantido como do subsídio de desemprego são incluídos em programas ocupacionais por constarem das bases de dados do IEFP e do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

Os carenciados são escolhidos directamente pelas entidades, nomeadamente autarquias.

Os beneficiários do rendimento mínimo garantido e do subsídio de desemprego podem perder a mensalidade de apoio se recusarem acções de formação, propostas de emprego ou tarefas de utilidade colectiva (remuneradas), o que não acontece com os carenciados.

Caldeira Dias afirma que os POC para indivíduos considerados carenciados «fazem hoje menos sentido, porque quem é carenciado estará integrado no rendimento mínimo garantido».

Além disso, considera que existe uma «linha crítica de apoio que, quando ultrapassada, gera a possibilidade de existirem relações de habitação entre os diversos intervenientes, que podem contribuir para o amortecimento da actividade económica».

O presidente do IEFP afirma, também, que os POC existem na perspectiva de as pessoas encontrarem emprego e não servirem as entidades que lhes dão ocupação. «O que aconteceu, e congratulamo-nos com isso, é que existe um equilíbrio entre as nossas prioridades e as prioridades das entidades que

fornecem ocupações», diz, sublinhando que, «para o IEFP, a prioridade são as pessoas».

Caldeira Dias garante que a reunião do secretário de Estado do Trabalho e Formação, realizada em Évora, tinha por objectivo explicar estas definições estratégicas, que são universais, relacionadas com os programas ocupacionais.

«A redução do esforço com os programas operacionais é coerente com a queda continuada da taxa de desemprego», afirma o presidente do IEFP, sublinhando, também, que «desde há algum tempo têm surgido novas medidas, como as escolas-oficinas, as empresas de inserção e os programas de inserção-emprego, relacionados com o rendimento mínimo garantido». «Trata-se de alternativas válidas e fundamentadas aos POC», sustenta.



Albufeira

Nova Biblioteca Municipal por 205 mil contos

A Câmara de Albufeira aprovou o anteprojecto da nova Biblioteca Municipal. A área destinada será de 5475 metros quadrados, dos quais 1639 metros quadrados para a edificação.



Composta por piso 0 e piso 1, a nova Biblioteca Municipal será construída tendo em atenção a exposição solar para as salas de leitura.

Sala polivalente, secções de adultos e infantil, bar, esplanada, sala de audiovisuais e multimédia, espaços para cidadãos portadores de deficiência e para crianças até aos quatro anos, gabinetes de trabalho, são algumas das áreas previstas.

O exterior será dotado de espaço para estacionamento e jardins com uma cortina arbórea, a fim de conferir maior tranquilidade ao local.

Cascais

Skate Parque já rola na praia de Carcavelos

Já está em funcionamento o novo Skate Parque e o campo de «Street Basket» concelhio, situado junto à praia de Carcavelos, no âmbito dos projectos inseridos no Plano Municipal de Equipamentos Desportivos de Cascais.



Este novo espaço, orçado em cerca de dez mil contos, está equipado com um half-pipe, dois quarter-pipe, uma fun-box, com corrimão e um espaço para a prática de basquetebol de rua, ocupando uma área total de 600 m², que poderá ser utilizada gratuitamente durante as 24 horas do dia.

Segundo o vereador do Desporto da Câmara de Cascais, Alexandre Sargento, «a abertura deste novo equipamento vai permitir reforçar o número de instalações desportivas no concelho e requalificar uma das praias mais importantes do País».

Nova iluminação pública do areal de Carcavelos

Entretanto, entrou também em funcionamento a nova iluminação pública do areal de Carcavelos, instalada pela autarquia de Cascais, que irá permitir a utilização desta praia com maior segurança.

Escuteiros da Parede iniciam obras para sede social

O Agrupamento 71 do Corpo Nacional de Escutas lançou no dia 17 o primeiro tronco para a construção da sua sede social. Fundado em 1957, o Agrupamento 71 dos escuteiros vê assim concretizado o velho sonho, com a construção de raiz de uma sede, em madeira e outros elementos naturais.

Esta obra, inserida nos trabalhos de recuperação do pinhal do Junqueiro, só é possível devido ao contributo financeiro da autarquia de Cascais, no valor de 18.400 contos, ao apoio da Junta de Freguesia da Parede, Instituto Português da Juventude e Hospital Sr. José de Almeida, entre outros.

Castanheira de Pera

Contratos-programa com associações e colectividades

A Câmara Municipal de Castanheira de Pera solicitou planos de actividades a diversas associações que desenvolvem actividades de interesse social, cultural, cultural, desportivo e recreativo, com o objectivo de estabelecer contratos-programa para a atribuição de subsídios e apoios.

Novo parque industrial

A autarquia procedeu à aquisição de 100 mil metros quadrados de terreno no lugar de Valinha Fontinha, junto à EN-236-1, de forma a dar início ao processo formal de criação do parque industrial nas Sarzedas.

Fafe

Câmara financia viaturas para nove juntas de freguesia

Por proposta do presidente da Câmara de Fafe, o Executivo deliberou atribuir uma verba para aquisição de viaturas de transporte ou de limpeza e outros serviços a nove freguesias do concelho: Antime, Fafe, Fareja, Felgueiras, Gontim, Pedraido, Seidões, S. Clemente de Silveiras e Travassos.

Autarquia aposta na formação do seu pessoal

Por outro lado, o município de Fafe tem vindo a promover acções de formação dos seus funcionários, em diferentes momentos e a diversos níveis, visando dotá-los de mais conhecimentos para o melhor exercício das respectivas funções.



Faro

Curso breve de educação patrimonial

Vai decorrer, de 12 a 16 de Março, um curso breve de educação patrimonial, na Biblioteca Municipal de Faro, sob orientação de Ana Flores, directora do Palácio de Queluz.



Neste curso pretende-se abordar a educação patrimonial face à evolução do conceito de património e às actuais necessidades das populações, analisando a situação ao nível de percursos, agentes, recursos, estratégias e técnicas de actuação. Também é objectivo deste curso estudar casos de boas práticas no âmbito da educação patrimonial, bem como apresentar algumas experiências de actividades de sensibilização e animação do património.

Loulé

Construção de estabelecimento de ensino pré-escolar em S. Sebastião

O município de Loulé vai dar início à construção de um estabelecimento de ensino pré-escolar na Freguesia de S. Sebastião. Este equipamento enquadra-se na aposta

desta autarquia em alargar a oferta ao nível da educação pré-escolar em todo o concelho.

Esta obra terá um custo financeiro de 90 mil contos.

Sesimbra

Primeiro núcleo da Universidade Aberta

Por iniciativa da Junta de Freguesia de Santiago, com o apoio da Câmara Municipal de Sesimbra, foi constituído o primeiro núcleo da Universidade Aberta no concelho de Sesimbra, que conta com diversos alunos em vários cursos.



De salientar que a Universidade Aberta é frequentada por cerca de 10 mil alunos a nível nacional, e tem um papel muito importante na promoção do ensino superior, sobretudo nas regiões do interior e fora dos grandes centros urbanos.

Vila Real de S. António

Câmara instala abrigos de autocarro em todo o concelho

Os serviços da Câmara Municipal de Vila Real de S. António procederam à instalação de 26 abrigos nas paragens de autocarro em todo o concelho, num investimento avaliado em cerca de oito mil contos.



Com esta iniciativa de grande alcance social, a autarquia contribui para a melhoria da qualidade de vida e conforto dos munícipes do concelho que se deslocam em transportes públicos para os seus empregos, para todas as crianças e jovens em idade escolar, turistas, visitantes e população em geral.

PS EM MOVIMENTO

AÇORES

PS chumba proposta da oposição

O PS chumbou no Parlamento açoriano as propostas da oposição de redução fiscal e de aumento do complemento de pensões no arquipélago.

O voto contra dos socialistas, que detêm 30 dos 52 lugares da Assembleia Legislativa Regional, foi justificado com «as medidas de carácter social e fiscal de âmbito nacional que beneficiarão os açorianos em 2001».

Em causa estavam três projectos de uma nova redução das taxas de imposto sobre rendimentos singulares (IRS) nas ilhas, da autoria do PSD, do PP e do PCR, e duas propostas de aumento do complemento de pensões, uma do PSD e outra dos populares.

PS quer mais apoio a idosos e deficientes

O PS apresentou no Parlamento açoriano duas propostas de resolução destinadas a criar novos mecanismos de apoio a idosos e deficientes nas ilhas.

Os projectos socialistas apresentados pela deputada Nélia Amaral visam «minorar o isolamento dos idosos e garantir o acesso à informação por parte dos cidadãos portadores de deficiência».

Segundo referiu a parlamentar do PS, pretende-se incentivar o alargamento progressivo do serviço de apoio domiciliário aos idosos e o fornecimento de serviços adicionais à terceira idade, nomeadamente a distribuição de medicação.

Procurar generalizar o fornecimento dos serviços ao domicílio aos fins-de-semana e implementar o serviço de tele-alarme para idosos com necessidades especiais, são outras das medidas previstas pelas propostas socialistas.

Quanto aos deficientes, o PS propõe a eliminação gradual das barreiras arquitectónicas no exterior e interior dos edifícios e a instalação de equipamentos de tecnologia de informação nas bibliotecas regionais, de forma a garantir a todos o acesso ao património bibliográfico regional.

Incentivar a aquisição, gradual e progressiva, de materiais de leitura em suportes especiais, concretamente livros, revistas e jornais em braille, livros falados, material em relevo, ampliado e em suporte digital, constitui outro dos propósitos dos projectos socialistas

AJUDA

«A Voz da Ajuda»

O número de Janeiro de «A Voz da Ajuda», órgão de informação da Secção da Ajuda, estrutura dirigida pelo camarada Dias Baptista, dedica na sua página 3 um texto sobre o «Acção Socialista», da autoria do camarada Tiago Freitas Leal, dedicado e atento leitor do nosso jornal. «Comecei a vir à Secção todas as semanas em que o nosso jornal chegava. Entre ler o «AS» e dar dois dedos de conversa aos camaradas, fui conhecendo a Secção e os seus militantes», escreve o camarada Tiago Freitas Leal, convidando os militantes da sua Secção a ler o órgão oficial do PS.



Direita sem credibilidade

Destaque ainda nesta edição de «A Voz da Ajuda» para o editorial «Por um país mais justo e solidário», da autoria do camarada Dias Baptista.

No seu editorial, o camarada coordenador do PS/Ajuda saúda a reeleição do camarada Jorge Sampaio para a Presidência da República, lembrando que as eleições presidenciais vieram demonstrar que «a direita ainda não se conseguiu afirmar junto do eleitorado como uma alternativa credível». Por isso, e na actual conjuntura, Dias Baptista sustenta que o PS e o Governo liderado pelo camarada António Guterres «têm todas as condições para retomar a iniciativa política e para colocarem em prática as reformas estruturais que são necessárias».

Nas páginas de «A Voz da Ajuda» pode ainda ler-se uma completa informação sobre a actividade da Secção e dos autarcas do PS na Freguesia da Ajuda.

COIMBRA

JS em acção de solidariedade

Um grupo de militantes da Juventude Socialista (JS) de Coimbra percorreu no fim-de-semana de 17 e 18 de Fevereiro vários bares e discotecas da cidade com o objectivo de angariar fundos para as vítimas das cheias do Baixo Mondego.

Integrada no projecto de candidatura à Concelhia «Coimbra de Primeira», liderado pelo camarada João André Amaral, a iniciativa começou às 23 horas de 17 de fevereiro, sábado, sendo uma percentagem do montante apurado entregue ao Governo Civil de Coimbra e, posteriormente, distribuído pelas pessoas afectadas pelas cheias.

Assim, um grupo de cerca de meia centena de militantes da JS foi aos bares vestidos com

T-shirts alusivas à iniciativa, com a inscrição «Solidariedade».

O jovem socialista realçou a importância do apoio das empresas que patrocinaram as camisolas e também dos empresários da noite de Coimbra, que, além da percentagem oferecida isentaram os membros do grupo do pagamento do consumo obrigatório.

«Esta gente nova da política, não só os militantes da JS mas também dos outros partidos, preocupa-se com estas questões. A grande dificuldade está em encontrar apoios», lamentou. A JS contou com a adesão dos bares «Faculdade da Cerveja», «Aqui há rato», «Abazi», «@rroba», «Calhar» e «English Bar» e das discotecas «Via Latina» e «Dux».

MAFRA

PS aposta em independente

Saúde, acção social e desenvolvimento económico são as grandes prioridades traçadas pelo candidato do PS à Câmara Municipal de Mafra, o independente Anibal Rodrigues da Silva, que promete tirar o concelho do isolamento a que o votou a gestão autárquica do PSD. Anibal Rodrigues da Silva é pela primeira vez, nos últimos 12 anos, candidato dos socialistas sem ter filiação no partido.

No entanto, o candidato promete «servir o concelho através de um trabalho abrangente e congregador das expectativas da população».

«Quero ser portador da mudança. Quero projectar o concelho para o lugar que merece. Para isso, não pouparei esforços e trabalharei todos os dias aplicando soluções que resolvam as mazelas do município», sustentou Anibal Rodrigues da Silva.

Presente na cerimónia de apresentação do candidato esteve o camarada Jorge Coelho, como coordenador do Secretariado do PS.

O dirigente socialista disse estar convencido de que o candidato é um «fazedor e respeitador» dos direitos das populações.

Acabar com o medo em Mafra

«É chegada a hora de acabar com esta fase no concelho de Mafra, onde as pessoas vivem com medo, razão pela qual apoiamos esta candidatura que pugna por aquilo que defendemos», acrescentou Jorge Coelho.

Também a camarada Edite Estrela, responsável pelas autárquicas 2001 do PS, acredita que Anibal Rodrigues da Silva «reúne qualidades humanas e profissionais».

A dirigente do PS acrescenta que «este candidato terá uma maior presença nas reuniões mensais da Junta Metropolitana de Lisboa».

«O actual presidente da Câmara de Mafra, José Ministro dos Santos, se bem me lembro, terá participado uma meia dúzia de vezes nas reuniões mensais ao longo de sete anos», disse Edite Estrela.

SÃO JOÃO

Debate com Francisco Assis

O camarada Francisco Assis, presidente do Grupo Parlamentar do PS, vai estar presente no dia 8 de Março, pelas 21.30 horas, num debate promovido pela Secção de São João/Beato, que decorrerá nas instalações desta estrutura.

Dia Mundial da Mulher

Instituto da Juventude, 8 de Março, 21 horas

Colóquio «Educação para a sexualidade»

Painéis: *Sexualidade – riscos e partilhas; sexualidade no meio escolar; contextos de sexualidade e adolescência; prevenção do abuso sexual*

Participantes: Filomena Freitas, Manuela Pereira, Octávio Gonçalves, Elsa Saúde, João Santos e Carlos André

Organização: DEPARTAMENTO DE MULHERES PARA A IGUALDADE DA FEDERAÇÃO DO PS/LEIRIA

O CONGRESSO DO PS



Nas recentes reuniões dos seus órgãos nacionais, o PS decidiu incentivar o debate interno com vista ao próximo Congresso Nacional. A crer na imprensa – geralmente bem informada – o próprio secretário-geral irá realizar um périplo pelas estruturas partidárias e estão previstos três colóquios «abertos à sociedade civil» que precederão os trabalhos dos congressistas, propriamente ditos. Acho óptimo. Desde que não se esqueça que o Congresso de um partido, como reunião magna que é, deve servir, por definição e em primeiro lugar, para relegitimar as estruturas dirigentes, para que se assumam ou reasumam opções programáticas e clarifiquem orientações estratégicas. Neste sentido, é de esperar que os debates fundamentais decorram no quadro orgânico adequado de modo a terem consequências vinculativas sobre as práticas políticas do partido e do Governo. Conviria, pois, não querer confundir estes debates com os que venham a ter lugar em iniciativas paralelas e informais.

Parece-me, aliás, mau sinal - mesmo se não surpreendente - que, tanto quanto se vai percebendo, não haja em perspectiva a apresentação de qualquer moção de orientação global, suportada por delegados, que surja como alternativa ou vise complementar e enriquecer a do secretário-geral. Significará isto unanimidade e coesão? Temo bem que seja antes um preocupante sintoma de atrofia da vida interna, de demissionismo e de adormecimento político-ideológico. Porque o normal num partido democrático e socialista, não é o unanimismo, mas que, sem prejuízo de grande consenso quanto aos objectivos essenciais, haja

divergências e controvérsia em torno de concepções táticas e de pontos de vista parcelares, o que não significa, ainda e forçosamente, contestação à liderança existente. Divergências e diferenças que através do livre jogo democrático deveriam, ou não, reflectir-se nas conclusões finais e até na constituição dos órgãos dirigentes.

Por outras palavras, e para que fique claro, acho, evidentemente, importante que se discuta, entre socialistas e não-socialistas, sobre a nova economia, a competitividade, as cidades, os «novos poderes» e etc. Que mil seminários, colóquios, simpósios, floresçam sobre tais temas! Mas um momento importante da vida partidária como é o Congresso Nacional não se pode esgotar na enenação mediática, no cumprir os estatutos ou na ritualização dos actos de legitimação. Cabe-lhe também, ou mesmo sobretudo, reflectir e tomar decisões sobre as grandes questões políticas, estruturais, nacionais que determinarão o futuro do país e, consequentemente, a sua governação, que actualmente cabe ao PS.

Quero crer que nenhum membro do Governo, assim como nenhum socialista minimamente responsável, acredita que pode encostar-se à sombra das ainda favoráveis sondagens ou contar com que a oposição - leia-se o PSD - continuará eternamente no estado em que se encontra. É essencial que o próximo Congresso contribua para impulsionar uma consistente acção reformista, uma efectiva capacidade de concretização das políticas e de articulação com a sociedade. O Governo necessita de se reforçar e de criar uma nova dinâmica que lhe permita enfrentar o resto da legislatura, ousando abalar interesses instalados (como principiou a fazer com as

primeiras medidas de reforma fiscal), incomodar corporações, romper com a inércia da mediocridade burocrática que paralisa o aparelho de Estado e desafiar a arrogância dos poderosos que têm por pátria o mercado e por religião o lucro.

No contexto dessa reunião magna não faltam matérias que urge aprofundar. Uma são de carácter tático, como a da política de alianças necessária à sustentação social e à estabilidade governativa. Política que deve ser equacionada em torno de objectivos e não em função de raciocínios, simplistas e meramente quantitativos, de alargamento percentual da base parlamentar do executivo. Outras são matérias de carácter programático e estratégico que correspondem aos desafios dos tempos actuais que um partido socialista e um Governo que dele emana não podem iludir.

Desafios demasiado complexos para serem enfrentados com improvisação e retórica, se se tem a ambição de deixar marcas na história do país. E quais são esses desafios? Há, naturalmente, os de carácter imediato e político-administrativo que têm a ver com o funcionamento e a reforma do Estado, a cidadania, a ética do serviço público, e com os meios materiais de desempenho das várias funções (saúde, justiça, educação, cultura, etc.). Mas há também os de carácter mais global, como os nascidos do impacto do processo de convergência/integração na Europa e das grandes mudanças civilizacionais em curso, sobre uma sociedade como a nossa, ainda a sair da autarquia ruralista do salazarismo e profundamente marcada pelo subdesenvolvimento económico, cívico e cultural. Impacte com enormes consequências sobre a economia, a soberania, os equilíbrios sociais, a solidez das

instituições democráticas e, até, sobre as estruturas tradicionais de socialização, como a família e a escola.

Deste modo, não se pode adiar a abordagem de questões candentes por muito incómodas que sejam. Refiro-me, a título de ilustração, à fragilização da autoridade dos professores na escola, porventura por excesso de experimentalismo pedagógico de sucessivos ministérios, o que é indissociável do problema mais amplo da relação de uma visão de esquerda do poder, com uma indispensável firmeza no exercício da autoridade democrática, sem a qual se corre o risco de abrir o caminho ao autoritarismo dos extremismos. Para não falar dos fenómenos da exclusão e da marginalidade nas concentrações urbanas caóticas e degradadas, assim como do racismo e da xenofobia que serão inevitáveis, se não se tomarem medidas efectivas, em várias frentes, no que se refere à imigração; do aparecimento de novas formas de desemprego e precariedade laboral, de pobreza e de desigualdade, não obstante o crescimento económico; da banalização social e cultural da violência como corolário de um modelo de sociedade que fomenta a agressividade e o egoísmo, ao mesmo tempo que despreza a fraternidade e a solidariedade.

O tempo principia a escassear para o PS e o seu Governo retomarem a iniciativa, restabelecerem pontes de comunicação com os portugueses, reconquistarem a sua confiança e mobilizarem os sectores da sociedade que contribuíram para as várias e sucessivas vitórias eleitorais. Espero, sinceramente, como socialista, que o próximo Congresso não venha a ser mais uma oportunidade perdida.

A MOÇÃO E O MELRO



Há pontos com que estou de acordo na moção subscrita por António Guterres. Mas na parte relativa à política de alianças não consigo vislumbrar nada de novo, muito menos a tão badalada viragem à esquerda. Consta-se o óbvio: dez por cento de portugueses «têm sido impedidos de contribuir directamente para a governabilidade». Não se faz autocritica nem se pergunta se porventura o PS não terá uma quota-parte de responsabilidade, para além daquela que, historicamente, cabe ao PCP e à extrema esquerda. Sublinha-se o paradoxo de, mesmo quando as esquerdas são maioritárias, não se conseguir uma solução de estabilidade, mas acusa-se quem tem mediado o eleitorado à esquerda do PS. O que é que de concreto se propõe? A «evolução democrática dos partidos actuais» ou «a criação de uma nova força política». Ou seja: um voto piedoso. Não creio que o PCP e o Bloco de Esquerda estejam dispostos a suicidar-se, a cindir-se ou a votar

o Orçamento de Estado a troco de coisa nenhuma. Portanto, nada de novo no futuro da esquerda. Nem negociação, nem viragem estratégica, mas o originalíssimo apelo à criação de uma nova força. Não me parece que seja missão de um partido fazer outro. E não é muito curial esta proposta da parte de um partido de Governo que, ao longo da sua história, várias vezes teve de se defender de estratégias idênticas. Primeiro dos que tentaram fracturá-lo para criar um «partido verdadeiramente socialista». Depois dos que, à custa de metade do seu eleitorado, fizeram «emergir» o PRD.

Há outro ponto que me lembra a pena de Zorrinho: fala-se de firmeza na defesa de valores e de «geometria variável» no que respeita às formas de organização. Com o devido respeito, eu creio que se tem passado um pouco o contrário: diluição ideológica, rigidez organizativa ou, para recuperar uma velha expressão outrora injustamente utilizada contra Mário Soares, «centralismo burocrático». Parte surpreendente é aquela em

que se fala do PS como partido «resultante de uma Revolução decapitadora de gerações» e se aponta a necessidade de romper com o «domínio geracional da sua direcção» para dar lugar a «novos quadros portadores de uma outra cultura de rigor e exigência». É estranho que se resume o 25 de Abril a uma revolução decapitadora de gerações. Se houve geração portadora de rigor e exigência foi a que fez a resistência e a revolução. E não é essa que domina na actual direcção do PS. Alguém quer decapitar o pai. Mas este não é o problema do PS, cuja mais-valia foi sempre a coexistência intergeracional.

Finalmente, aquilo a que Zorrinho costuma chamar «a internalização dos Estados Gerais» não me parece mais do que um esbatimento, por forma a que o PS seja ideologicamente uma «geometria variável», PS, uma sigla. O que pode ser aritmeticamente mais do que Partido Socialista. Mas é politicamente menos.

2. Mal refeito das cheias que invadiram a terra, a rua e a casa onde nasci, eis que máquinas

infernais começaram a deitar abaixo as árvores da Praça de João do Rio onde já rouxinóis, pisco, chascos e toutinegras entoavam os seus trinados nupciais e o melro meu amigo se atarefava a construir o ninho no choupo do costume. Mas os choupos foram abaixo, o ninho está no chão, o melro já não canta. Julguei que tinha direito de ouvir os pássaros dentro da cidade. Mas perdi as árvores, perdi os pássaros, perdi a Primavera. Tive a atenção e compreensão de João Soares. Mas os técnicos alegaram que havia um projecto. Fiquei atterado. Uma cidade não se faz a tira-linhas. A sua identidade está em pequenas praças, em árvores que demoram anos e anos a crescer e onde gerações de pássaros fizeram os seus ninhos. É possível que o projecto seja óptimo e que mil parquímetros floresçam onde outrora havia choupos. Mas eu tenho um luto na alma. As máquinas cortaram as árvores e eu, parafraseando Eça de Queiroz, pergunto agora: que posso eu cortar e a quem?

In-Expresso»

POLÍTICA

Edite Estrela

MAIS UMA DO LÍDER DO PSD



Como acontece com a maioria dos portugueses, de manhã, quando vou para o trabalho, aproveito para ouvir o que se passa em Portugal e no mundo. Actualizo as notícias, confirmo o trânsito congestionado nos diferentes acessos a Lisboa e preocupo-me com as desgraças nossas e alheias, umas e outras com lugar cativo nos noticiários matinais. Nem sempre sou uma ouvinte muito atenta, já que reparto a minha atenção por um conjunto de tarefas, ditadas pela falta de tempo ainda que pouco compatíveis com a situação: leitura de documentos urgentes, redução da lista de espera dos telefonemas, prática do despacho a distância, registo das anomalias que os olhos observam, recapitulação dos compromissos do dia e outros afazeres do mesmo teor. Foi o que sucedeu na passada quarta-feira, entre as 9 horas e as 9 e 40. Mais tempo do que habitualmente porque, numa daquelas ruas estreitas e de sentido único

tão típicas de Sintra, houve um condutor que se esqueceu deste pequeno pormenor: sem combustível, os carros não podem circular. Por feliz coincidência, a via era inclinada e a boa vontade e o engenho dos condutores da extensa fila fizeram o resto.

Cheguei atrasada à reunião, é certo, mas em contrapartida pude acompanhar através da TSF os preparativos da cerimónia de investidura dos novos cardeais nomeados pelo Papa João Paulo II.

Compreendi a importância do acto e deixei-me contagiar pela euforia geral. Intimamente comunguei da satisfação de quantos se congratularam com o facto de os portugueses D. José Policarpo e D. José Saraiva Martins integrarem também esse grupo de eleição.

Independentemente das nossas convicções religiosas, não é difícil perceber que, para um pequeno país de grande tradição católica como o nosso, a escolha simultânea de dois portugueses para o Colégio Cardinalício é um acontecimento

memorável e de indiscutível interesse nacional.

Ouvi ainda que o ministro da Presidência, dr. Guilherme d'Oliveira Martins, ia representar o Estado Português nos actos oficiais da investidura. Informação que veio apenas confirmar o que alguns dias antes já tinha sido divulgado, sem qualquer reparo ou objecção, designadamente do lado do PSD.

Foi, pois, com grande espanto que ouvi, logo a seguir, o dr. Durão Barroso, possuído de grande fervor oposicionista, criticar a opção, alegando que o Estado deveria estar representado ao mais alto nível, como acontecera aliás em ocasiões análogas e porventura de menor relevância, como foi a entrega do Prémio Nobel a José Saramago.

Desconheço a constituição das outras delegações europeias. E também não sei se o protocolo de Estado tem voto nesta matéria. Seja como for, pessoalmente, até gostaria que o primeiro-ministro tivesse estado na Praça de S. Pedro, caso a sua

sobrecarregada agenda o permitisse. Tratando-se de um católico assumido, quero crer que ninguém (a não ser o líder do PSD) o viria acusar de aproveitamento político. E também não estranharia se o chefe do Estado ou o presidente da Assembleia da República se deslocassem a Roma, não obstante serem «republicanos, socialistas e laicos». Mas quem, ainda não há muito tempo, criticou o Presidente da República por ter ido a Fátima receber o Papa, aquando da beatificação dos Pastinhos Jacinta e Francisco, como pode vir agora defender a sua presença, ou a do primeiro-ministro, na cerimónia de investidura dos cardeais?! Não se pode ser a favor de uma coisa e do seu contrário, em função das conveniências do momento. Não é aceitável que, por oportunismo político, se advogue hoje o que ontem se repudiou. Tendo em conta os antecedentes, é legítimo pensar que o líder do PSD é sempre do contra... porque sim!

In-Expresso

PERSPECTIVA

António Brotas*

CARTA ABERTA A HELENA ROSETA



Lei, na página 130 do nº 415, de 22 de Fevereiro, da revista «Visão», a sua crónica-ensaio com o título «Mudar de Rumo».

Focando o que está a falhar, a Helena Roseta refere, entre outros assuntos, a reforma do ensino. Talvez, numa outra ocasião, lhe venha a escrever sobre o assunto. Mas, de momento, interessa-me o que a Helena Roseta escreveu no final do texto:

«O PS devia aproveitar o próximo Congresso para fazer uma reflexão de fundo. Devia combater o situacionismo que é real e que Manuel Alegre tão frontalmente criticou. Infelizmente, tudo indica que só vai ser discutida a moção global proposta pelo secretário-geral».

Não está provado que assim venha a ser. Foram apresentadas ao Congresso três moções globais:

A- «Socialismo em Democracia», de que sou o primeiro subscritor.

B - «Portugal Primeiro», subscrita por Henrique Neto.

C- «Um PS aberto e renovado. Um Portugal ganhador, moderno e solidário», subscrita por António Guterres, actual secretário-geral e candidato único à reeleição.

Estas moções foram publicadas no número de 22 de Fevereiro do «Acção Socialista» e podem ser encontradas na página da Internet do PS.

As listas de candidatos a delegados das secções, que terão de ser entregues até 4



dias antes do dia da votação (16, 17 ou de Março), terão de se referir a uma destas três moções. Só serão, depois, apreciadas e discutidas no Congresso as moções que elejam um mínimo de 50 delegados. Não

é nada de excessivo.

Pelo menos em duas das principais secções de Lisboa, e nalgumas dos concelhos vizinhos vão, certamente, ser apresentadas listas referidas à moção A.

A grande imprensa quase não se tem referido a esta nossa moção; as listas de candidatos são difíceis de formar porque têm de ser completas e com muitos nomes; os contactos directos, lentos e trabalhosos, são quase o único meio que temos para estimular o aparecimento de listas nas secções; um texto como o seu, na «Visão», que lamenta, mas quase afirma a impossibilidade de serem discutidas outras moções além das do secretário-geral, também não facilita as coisas. Assim, não posso afirmar que a lista A vá atingir os 50 eleitos. Só posso dizer que há quem o esteja a tentar. Penso que o mesmo se passa com a moção B de Henrique Neto.

A meu ver será altamente enriquecedor e benéfico para o PS se estas moções vierem a ser discutidas e votadas no Congresso.

A Helena Roseta, além de delegada inerente, foi eleita delegada pela Secção do Bairro Alto em 1999, numa altura em que só houve, na sua secção, uma lista única de candidatos a delegados. Peço-lhe para ler agora a moção A, e pergunto-lhe se está disposta, conjugando esforços com outros, a integrar uma lista a apresentar na sua Secção referida a esta moção. Se tal for feito, pode estar certa que elegerão delegados, dando assim um contributo para esta moção poder ser apreciada no Congresso.

* 1º subscritor da moção «Socialismo em Democracia»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Óleos em Albufeira

A exposição de pintura a óleo de Andreia Fonseca e Marta Maia estará patente ao público, a partir de amanhã e até ao fim do mês, na Galeria de Arte Pintor Samora Barros. A mostra poderá ser visitada diariamente, entre as 10 e 30 e as 17 horas, exceptuando domingos e feriados.

A final do I Festival de Artes Infantil e Juvenil realiza-se, no dia 3, pelas 16 horas, no Auditório Municipal.

Concerto em Fafe

Realiza-se amanhã, no Estúdio Fénix, o primeiro concerto da temporada do Festival Raízes Ibéricas, promovido pela Academia de Música José Atalaya e pela autarquia local.

Com início marcado para as 21 e 30, actuam neste espectáculo o violinista búlgaro Valentin Stefanov e a pianista chinesa Shao Ling, que interpretam obras de Freitas Branco («Sonata n.º 1»), Vianna da Motta («Romance»), Ladigerov («Canção») e Debussy («Sonata de Violino»). A entrada é livre.

Poesia em Faro

Amanhã, às 17 horas, poderá assistir, no Club Farense, ao lançamento, a nível nacional, de duas obras literárias, uma da autoria de António Ramos Rosa, e outra sobre a vida e obra deste grande poeta que Faro viu nascer. São elas «O Aprendiz Secreto» e «Vagabundagem na Poesia de António Ramos Rosa» (de Casimiro de Brito).

Logo de seguida, às 18 horas, decorrerá, no mesmo local, mais uma sessão do Jornal falado da Actualidade Literária, sob o tema «A Poesia em 2000».

O encontro partirá de uma selecção dos melhores textos editados o ano passado,

elaborada por uma comissão de leitura do PEN Clube, e contará com a presença de alguns dos autores, nomeadamente os poetas João Rui de Sousa, Gastão Cruz, Carlos Poças Falcão, José Alberto Oliveira e Pedro Mexia.

Teatro em Guimarães

«Aqui» é um espectáculo mais erudito e alternativo ao anterior, do mesmo nome, que Marta Dias apresenta, amanhã, às 21 e 30, no Paço dos Duques de Bragança. O projecto compreende voz, piano, guitarra acústica e guitarra portuguesa, experimentando novas formas de actuação dentro da tradição lusófona que vai do fado às modinhas brasileiras, passando pelas cantigas de amigo.

O Auditório da Universidade do Minho será palco, na segunda-feira, dia 5, a partir das 10 e das 15 horas, de um espectáculo a cargo da Lua Cheia – Teatro Para Todos. «Joana está na Lua» conta as aventuras de Maria, miniaturista de profissão, e da sua filha Joana. Um desfecho inesperado levará a criança a entrar provisoriamente num mundo infinitamente pequeno.

Dança em Lisboa

Amanhã e no sábado, o Grande Auditório do Centro Cultural de Belém acolhe, a partir das 21 e 30, «On Était Si Tranquille», um espectáculo de dança a cargo da Companhia Daniel Larrieu.

Simultaneamente, no Pequeno Auditório, poderá assistir à representação da peça «Uma Mesa e Duas Cadeiras», de Ana Catarina dos Reis, Joaquim Horta e Pedro Penim.

Na Delegação Regional do IPJ poderá ver ou rever o espectáculo «Poesia para todos», com Carlos Carranca acompanhado ao piano pelo maestro Jorge Machado.

Graças ao enorme sucesso desta iniciativa que já vai no terceiro ano consecutivo, o IPJ prossegue os encontros poéticos das quartas-feiras, às 14 e 30, visando levar os jovens a uma leitura encantada dos poetas que escreveram na língua de Camões e de Pessoa.

Funk em Matosinhos

Os Balla, grupo musical português que fez renascer o funk, actuam este sábado, dia 3, na FNAC do Norte Shopping, às 17 horas.

Portimão

Este sábado, dia 3, pelas 21 e 30, assista ao recital de canto e guitarra romântica, a cargo de Cecília Fortes e Mário Correia, no Salão Nobre da Câmara.

Música na Povoação

A autarquia local em conjugação com a Direcção Regional da Cultura promovem, de Março a Novembro deste ano, um ciclo de sete concertos de música clássica, a realizar-se no Auditório Municipal da vila.

Conferências em Sesimbra

«A violência nas escolas» é o tema em torno do qual se debaterá, segunda-feira, dia 5, a partir das 15 horas, no Auditório Conde Ferreira.

A exposição de pintura de João Miguel Martins espera por si, até ao fim do mês, no Restaurante-Bar Padaria.

No âmbito do programa comemorativo do 800º aniversário do foral de D. Sancho I, encontra-se patente, até ao dia 14 de Outubro próximo, a mostra «1201, o Foral de Sesimbra e o seu Tempo», em exibição no Castelo.

Livro em Sintra

No dia 3, às 17 e 30, na Casa da Juventude, realiza-se a cerimónia pública de lançamento do livro «Prodigiosas Acrobacias & Outros Argumentos», de Álvaro Figueiredo.

De seguida desfrute da performance musical de Alberto Augusto Miranda (piano) e Elisa Evangelista (flauta transversal), bem como a actuação do Sintra Jazz Ensemble. Antes, às 15 horas do mesmo dia e no mesmo local, assista à exibição do filme «Clube dos Poetas Mortos», de Peter Wier, com Robin Williams no papel principal.

Espectáculo em Vila Real de Santo António

O palco do Centro Cultural António Aleixo recebe, amanhã (sexta-feira), pelas 22 horas, o notável agrupamento musical português Deflins.

SUGESTÃO

**Porto 2001
Jazz e rock
na 7ª semana**

As programações de rock e jazz do Porto 2001 arrancam na sétima semana da Capital Europeia da Cultura com um concerto do Quinteto de Wayne Shorter com a Orquestra Nacional do Porto (ONP).

O veterano saxofonista e compositor norte-americano Wayne Shorter apresenta-se a 3 de Março, no Coliseu português, acompanhado de quatro vultos portugueses do jazz: Mário Laginha (piano), Bernardo Moreira (contrabaixo), Mário Barreiros (bateria) e José Salgueiro (percussão), e da ONP dirigida por Robert Sadin.

O «Super Rock» regressa amanhã ao Coliseu com o «reggae sideral» britânico de Finley Quay, em que a primeira parte será assegurada pelos portugueses Yey. A programação de literatura do Porto 2001 terá, no mesmo dia, um momento alto no Auditório da Biblioteca Almeida Garrett, com a homenagem à escritora Sophia de Mello Breyner Andresen, na sessão inaugural do ciclo de debates «Vozes e Olhares no Feminino».

O Fantaspporto prossegue com as sessões de entrega de prémios de «video-clips» (hoje), «Méliès d'Or 2000» (prémio europeu de cinema – amanhã), «Porto 2001» (melhor filme português de longa-metragem 99/2000) e «Fantaspporto 2001» (ambos no sábado, 3 de Março).

O ciclo «O Futuro do Futuro: Da Matéria ao Pensamento» prossegue este Sábado, com o arranque simultâneo das «Inhas» da Técnica e da Estética, através de uma conferência de Vito Acconci, comentada por Alexandre Melo.

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Natália Correia

Floriu imensa. E até a divindade a viu
Beber da Fonte ouro e estrelas: pérolas
Encantadas da noite, que cobriu,
Coroadas de estrelas e de auréolas.

Partiu p'trás Índias no azul imenso
Das águas ou do céu, mãe do Ocaso;
Partiu com «lírios e feras», intenso
Fado onde havia pérolas num vaso.

E no esplendor das mesas penteava
Sonhos, ondas, séculos de cristais:
Verdes sombras verdes que transformava

Em clarões, poeiras, risos de adegas,
Que no calendário das águas musicais
Servia a morte com magias cegas.

Maria Azenha

In «O Último Rei de Portugal»

**Luís Represas
Código Verde**

3 de Março, 21h30

Auditório
da Universidade
do Minho
Guimarães





UMA SEMANA CHEIA DE ACONTECIMENTOS

O grande acontecimento mediático da semana passada foi indiscutivelmente a condução para interrogatório e apresentação no Tribunal de Instrução Criminal e a posterior detenção domiciliária do anterior presidente da Direcção do Sport Lisboa e Benfica.

A invulgaridade do acontecimento e a projecção pública dos intervenientes deram origem aos mais variados comentários e análises nos meios de comunicação social do País. Independentemente do desfecho do caso uma lição se pode desde já retirar e essa é a de que a aparente impunidade de que gozam os poderosos do futebol acaba, como um relâmpago, no dia em que a roda da fortuna, os retira dos lugares onde exercem o poder desportivo.

Repara-se que esta «lei de impunidade» é praticamente exclusiva do mundo do futebol, não se repetindo em nenhum outro campo de actividade, mesmo na intervenção política.

A promiscuidade entre o mundo do futebol e o poder sempre foi uma regra invariável e daí tem resultado as situações que todos conhecem, mas raramente denunciam.

O caso do infeliz ex-presidente, se para lá de demonstrar que num Estado de Direito, a Justiça mesmo funcionando tardiamente acaba por funcionar, vier a contribuir para a erradicação daquela promiscuidade, terá valido a pena.

Permito-me, contudo, duvidar porque o futebol é um mundo onde parece natural que «o que hoje é verdade seja amanhã definitivamente mentira».

Eu próprio já o senti de forma muito concreta, quando em 1994, mais concretamente em 12 de Maio desse ano, «ousei» mexer com o sistema requerendo ao Governo de então, informações circunstanciadas sobre «a eventual existência de situações de transferência duvidosa no fenómeno desportivo».

A minha audácia foi julgada «politicamente incorrecta» e, senão foi possível calar-me (o que é difícil convенhamos) pelo menos bem tentaram.

De todo o modo o resultado da minha iniciativa foi praticamente nulo, se excluirmos a afirmação patética de um conhecido dirigente dum clube do Norte, responsabilizando-me (imagine-se!) pela situação financeira difícil (nomeadamente no relacionamento com o fisco) em que caíram a maioria das associações desportivas.

Deixemos, pois, o futuro fazer o seu próprio tempo, esperançados (mas desconfiados) de que desta vez é que é a sério.

As «estórias» do futebol fizeram passar a



segundo plano alguns factos sobre os quais muito interesse haveria em reflectir: um de natureza francamente negativa, outro de grande importância e significado. O primeiro facto tem a ver com o arranque em concreto da Reforma Fiscal, no que diz respeito às alterações do sistema de tributação do IRS e do IRC.

Por inexistência de impressos (?), mas sobretudo por insuficiência de orientações emanadas da Administração Central para os Serviços, o arranque do sistema de opção pelo regime simplificado de tributação teve de ser adiado por um período de três meses.

Não poderia ter-se começado pior e logo numa área de directa observação para a opinião pública.

A necessidade, eu diria a obrigatoriedade, de chamar ao sistema, contribuintes que dele se mantêm afastados, através de métodos ilícitos, é a grande razão de ser da actual Reforma Fiscal.

O ministro das Finanças declarou recentemente, repetindo aliás elementos que conhecemos desde que à matéria dedicou especial atenção o prof. Medina Carreira, que 150.000 das 250.000 empresas existentes em Portugal não pagam impostos há longos anos e, contudo, continuam a funcionar – milagre de certeza. Seguramente que entre elas estarão também os clubes de futebol.

Esta situação é insustentável e atrasar o seu combate por ineficácia da administração é intolerável e pode vir a pagar-se muito caro.

O Governo não pode ter contemplanções com os responsáveis, enquanto é tempo e não está tudo ainda definitivamente adiado. Felizmente que quase em simultâneo com

este falhanço, se iniciou o processo de alteração legislativa que vai condicionar, nos próximos anos, a despesa pública e, sobretudo, acompanhar e fiscalizar a sua execução.

Estas alterações são da iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e tiveram, desde o início, o apoio do Governo.

Como vai sendo habitual no nosso país ninguém reparou ou reparou pouco, mesmo aqueles que tão rápidos são em criticar o despesismo, o funcionamento dos serviços, (a começar pela razão da sua existência) os modelos alternativos de financiamento da despesa pública e o seu conteúdo e transparência.

Talvez porque as alterações são significativas, ou quem sabe, porque tem a sua origem no Grupo Parlamentar do Partido que apoia o Governo, não sendo muito vulgar na cultura política nacional, gestos de audácia e comportamentos verdadeiramente reformistas dos partidos do poder.

Para os que tanto reclamam sobre a necessidade de reformas aqui está um bom laboratório para a análise e a investigação.

Voltarei em momento oportuno, mais detalhadamente, a este assunto, na esperança de que entretanto muitos analistas tenham reparado nesta reforma (provavelmente a primeira verdadeira reforma no domínio da Administração Pública) não esquecendo de desde já, identificar o João Cravinho, pelo contributo inigualável que deu para a sua concretização.

Importante também será desde já verificar qual vai ser a reacção do PSD a esta iniciativa.

«Máquinas infernais começaram a deitar abaixo as árvores da Praça de João do Rio, onde já rouxinóis, piscos, chavos e toutinegras entoavam os seus trinados nupciais e o melro meu amigo se atarefava a construir o ninho no choupo do costume. Mas os choupos foram abaixo, o ninho está no chão, o melro já não canta»

Manuel Alegre
Expresso, 24 de Fevereiro

«Uma cidade não se faz a tira-linhas. A sua identidade está em pequenas praças, em árvores que demoram anos e anos a crescer e onde gerações de pássaros fizeram os seus ninhos»

Idem, ibidem

«As máquinas cortaram as árvores e eu, parafraseando Eça de Queiroz, pergunto agora: que posso eu cortar e a quem?»

Idem, ibidem

«Não gostei nada da decisão do presidente George W. Bush de mandar descarregar uns tantos "mísseis" em cima de um Iraque praticamente indefeso. Constitui, por mais desculpas que se arranjem, uma imoralidade e um mau precedente que não deve passar em claro. Um abuso da força à margem da legalidade internacional»

Mário Soares
Ibidem

«Vai lançar-se o mundo em nova corrida armamentista, quando carece de recursos para lutar contra a pobreza, a droga, a marginalização?!»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa
Director-adjunto

José Manuel Viegas
Redacção

J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão
Secretariado

Sandra Anjos
Paginação electrónica

Francisco Sandoval
Edição electrónica

Joaquim Soares
José Raimundo

Francisco Sandoval

Redacção
Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17

Restelo - 1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Mirandela, Artes Gráficas SA

Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Distribuição Vasp, Sociedade de Transportes e

Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz

